



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Señores Acionistas,
A administração da TIM Participações S.A. (“TIM Participações”, “A Companhia” ou “TIM”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, com o parecer dos auditores independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. As informações operacionais e financeiras de 2010 a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em Reais (R\$), com base em números consolidados e de acordo com a legislação societária brasileira. Todas as comparações referem-se aos resultados de 2009 Pró-forma incluindo a Intelig, exceto quando indicado o contrário. A análise de demonstração de resultado refere-se às operações da TIM, incluindo os efeitos das operações da Intelig. Quanto às Contas de Balanço, a análise inclui os saldos da Intelig.

1. Perfil

A TIM Participações S.A. é uma companhia *holding*, que presta serviços de telecomunicações em todo o território nacional através de suas subsidiárias, TIM Celular S.A. e Intelig Telecomunicações Ltd. A Companhia iniciou suas operações no Brasil em 1998 e se consolidou como uma empresa nacional a partir de 2002, tornando-se a primeira operadora móvel a ter presença em todos os estados do Brasil.

A TIM atua como operadora de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, sempre com o foco na qualidade dos serviços prestados aos seus clientes. Através da tecnologia GSM, a TIM possui um alcance nacional na aproximadamente 94% da população urbana, sendo a maior cobertura GSM do Brasil, com presença em 3203 cidades. A TIM conta também com uma extensa cobertura de dados em todo país, sendo 100% GPRS, 79% com EDGE, além de possuir uma sofisticada rede de Terceira Geração (3G) disponível para mais de 54% da população urbana do Brasil. A Companhia também possui acordos de *roaming* internacional para clientes TIM, são mais de 450 redes disponíveis em mais de 200 países nos seis continentes.

A marca TIM possui uma forte associação aos atributos de inovação e qualidade. Ao longo de sua trajetória no país, tornou-se a pioneira no lançamento de diversos produtos e serviços, como a introdução do MMS e do BlackBerry no Brasil. Dando continuidade a essa trajetória, a Companhia adicionou ao seu portfólio, em 2010, novas e inovadoras ofertas, buscando sempre manter o posicionamento como a operadora que faz “Planos e Promoções que Revolucionam”. A TIM incrementando as duas famílias de planos – “Infinity” e “Liberty” ao lançar as ofertas “Infinity Web” e “Liberty Web” com o objetivo de atender a crescente demanda por serviços de dados.

Além disso, introduziu também o conceito de *pay per call* para ligações para números fixos através da oferta “Infinity Mais”. O portfólio se baseia em um conceito inovador, com grande incentivo ao uso (tarifação por chamada, uso ilimitado) e sempre explorando o senso de comunidade TIM, que conta com mais de 51 milhões de linhas em todo país. A TIM Participações é uma empresa controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., subsidiária do grupo Telecom Itália. Inovação e qualidade são dois dos pilares estratégicos que a TIM compartilha com a sua controladora. Para isso, a TIM faz investimentos substanciais em rede e TI e mantém sinergias com seu grupo controlador, por meio do compartilhamento de experiências e adoção da política de melhores práticas, sempre garantindo experiências inovadoras a todos os seus clientes.

Durante o ano de 2010, a companhia seguiu com o processo de integração com a Intelig, que foi adquirida em dezembro de 2009. Esta última atua como provedora de telefonia fixa, longa distância e transmissão de dados no Brasil. A Intelig ampliou a infra-estrutura de rede da TIM, de forma que foi possível acelerar o desenvolvimento da rede 3G, otimizar custos de aluguel de meios, e também melhorar nosso posicionamento competitivo no mercado de telefonia. TIM Participações é uma empresa de capital aberto que possui ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo e ADRS (*American Depositary Receipts*) negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). A Companhia também é integrante de um seleto grupo de empresas que compõem a carteira do IVE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da BM&FBOVESPA.

2. Mensagem da Administração

Chegamos ao final de 2010 com grande satisfação que o turnaround iniciado dois anos atrás está bem concluído. Um bom equilíbrio de Crescimento e Rentabilidade

Em 2010, fomos a operadora com o maior crescimento de clientes, com adição de 9,9 milhões de linhas e uma participação de market-share adicional de 34%. Esse crescimento da base de clientes foi acompanhado por melhoria de rentabilidade, com crescimento da receita total líquida de 0,9% no 4Q10 sobre o 4Q09 e a margem EBITDA ultrapassou a barreira dos 30%.

Nossa Marca
Mantivemos a qualidade, inovação e conveniência como ponto central de nossa estratégia. Conquistamos destacada posição em qualidade de rede, que pelo 10º consecutivo mês fomos líderes no ranking da Anatel.

Avanços de Crescimento

Buscamos sempre por ter uma proposta de valor distinta. No serviço de voz, adotamos o conceito de “Um País Uma Tarifa”. Transportamos em 2010 quase o dobro do tráfego de 2009 e tornamos líderes em volume de tráfego no mercado de longa distância. Para os serviços de dados, mantivemos o DNA do Infinity, ou seja, focamos novamente no conceito ilimitado do serviço e utilizamos o *smartphone* sem subsídio como alavanca para o aumento da penetração de dados.

Metas dos Resultados Financeiros

Atingimos as metas comunicadas ao mercado no início de 2010.

- A receita líquida de serviço cresceu 6,1% em 2010

- A margem EBITDA atingiu 29%

Mesmo com um forte crescimento da base de clientes, mantivemos uma gestão rigorosa dos custos e com isso conseguimos crescer rentabilidade. A geração de caixa livre operacional atingiu R\$1,4 bilhão em 2010, um crescimento de 110% sobre 2009. Esses resultados possibilitaram a ampliação dos dividendos e iremos propor a Assembleia Geral de Acionistas o valor de R\$497 milhões, que se compara R\$204 milhões distribuídos em 2009.

Fortalecimento da Oferta de Dados

LANÇAMOS o Infinity Web no segundo semestre de 2010. Em apenas quatro meses, o Infinity Web já atingiu a marca de 1 milhão de usuário/dia (valor 4x mais alto que antes do lançamento da oferta).

Perspectivas

Esperamos ampliar nossa base e seguir expandindo o conceito de Comunidade - sem dúvida esse tem sido nosso grande diferencial competitivo. Sabemos que o cenário competitivo pode ficar intenso em 2011 e que também temos situações macro-econômicas mais desafiadoras.

Entretanto, seguimos otimistas e continuaremos a buscar o melhor equilíbrio entre crescimento e rentabilidade. Concluo minha mensagem agradecendo a todos os colaboradores da TIM, peça fundamental para que essa grande jornada acontecesse.

Tenho muito orgulho de liderar e ser parte desse time.

Foram dois anos de muito trabalho e fadiga, mas os resultados nos mostram que valeu a pena.

Criamos valor para nossos acionistas, clientes e todos *stakeholders*.

Luca Luciani

3. Panorama Econômico e Setorial

3.1. Ambiente Econômico:

Em 2010, a economia brasileira consolidou sua recuperação em relação à crise que abalou o mundo em 2008. Ainda em 2009, a país conseguiu sair da recessão, sofrendo bem menos do que os países desenvolvidos, que ainda enfrentam diversos problemas na tentativa de restabelecer o crescimento econômico. Para o Brasil, esse ano provou que seu sistema financeiro é sólido o bastante para enfrentar uma crise global e que, com um mercado interno robusto e estabilidade nos preços, o país foi capaz de criar um novo padrão de expansão econômica, mais consistente e sustentável. Conseqüentemente, em 2010 o país teve de apresentar um crescimento do PIB de 7,8% (segundo estimativas do Banco Central - IBC-BI e tanto o governo quanto o mercado já mostram preocupação com a inflação, acelerada pela forte atividade econômica).

A taxa de inflação oficial do Brasil (IPCA) fechou o ano com alta de 5,91%, a maior taxa desde 2004. O número ficou acima da meta do Banco Central (4,5%), mas ainda dentro do margem de 2% para cima ou para baixo considerado aceitável pelo governo. Entretanto, para manter as expectativas em níveis seguros, o governo já iniciou um processo de contração monetária.

Em relação à Política Monetária, o COPOM adotou uma tendência de retração, fechando o ano com a taxa básica de juros da economia (SELIC) em 10,75% ao, evoluindo do seu vale histórico de 8,75% em 2009. A expansão da atividade econômica aumentou a pressão inflacionária e na medida em que os índices apontavam para uma possibilidade de se perder a meta de inflação para o ano, o governo optou por controlar as expectativas e respondeu prontamente com aumento de juros.

Em relação à demanda doméstica, devido a um recorde de baixa na taxa de desemprego, a um aumento nos salários, uma melhoria nas condições de crédito e a recuperação econômica, os economistas projetam que o consumo das famílias deve apresentar forte expansão, e a Formação Bruta de Capital Fixo deve crescer por conta da expansão da produção industrial.

A conta corrente brasileira fechou o ano com um déficit de US\$47,5 bilhões, o que representa um crescimento anual de mais de 90% (em 2009, o déficit foi de US\$24,3 bilhões). As Investimentos Externos Diretos totalizaram US\$48,5 bilhões, compensando o fluxo de saída de capital da conta corrente.

A guerra cambial acabou impactando o câmbio do país. A desvalorização do Dólar nos mercados mundiais foi sentida no mercado interno e isso o governo precisou agir para impedir que o Real ficasse desvalorizado, prejudicando os exportadores nacionais. Para isso, o governo tomou uma série de medidas para conter a desvalorização do Dólar como o aumento do IDP, numa tentativa de impedir capital especulativo de entrar no mercado nacional.

Impactada pela depreciação do dólar, pelo baixo desemprego e o aumento nos investimentos, a balança de pagamentos de 2010 registrou um superávit de apenas US\$20,3 bilhões, o menor desde 2002. O número representa uma queda de 19,8% se a compararmos ao superávit de US\$24,3 bilhões registrado em 2009. Apesar da queda, o resultado ainda veio acima das expectativas do mercado, que previam um resultado entre US\$ 15 e 16 bilhões. O número superou até as expectativas do governo, que era de US\$17 bilhões.

A política fiscal foi impactada pelo ano eleitoral e apesar do fim dos cortes nos impostos para promover a recuperação econômica (volta principalmente para autônomos, construção civil e para a linha branca), o governo não conseguiu atingir a meta de superávit primário de 3,1% do PIB. Apesar do aumento com a arrecadação devido à uma melhora no cenário econômico, os gastos públicos levaram o superávit primário a cair em relação ao ano de 2009, para 2,8% do PIB. Segundo o Banco Central, o volume total de crédito no sistema financeiro deve expandir 20,5% em 2010, representando 46,6% do PIB. No ano anterior, o crescimento foi de 15,2%.

3.2. Setor de Telecom:

Para o setor de telecomunicações, 2010 foi um ano mais positivo do que o ano anterior, quando a economia ainda era impactada pela crise global. O número de adições líquidas foi superior em todos os serviços se comparado com as adições líquidas de 2009, mas não tão bons quanto aos números de 2008. Apesar do mercado de telefonia móvel já mostrar altos níveis de penetração, em 2010 o nível de adições líquidas acabou sendo melhor do que o mercado esperava. O mercado móvel fechou o ano com 202,9 milhões de acessos, o que representa um crescimento anual de 16,7%, totalizando 28,98 milhões de novas linhas, segundo a Anatel.

O mercado de telefonia móvel brasileiro continua a ser o quinto maior do mundo e atingiu em 2010 uma taxa de penetração de 104,7 linhas para cada 100 habitantes. Isso confirma a telefonia celular como o meio de comunicação com a maior presença nos lares brasileiros em todas as classes sociais, muito devido às ofertas presentes no mercado com foco em ligações dentro da mesma operadora.

Uma maior parte do crescimento continua concentrada no segmento pré-pago que alcançou 167,1 milhões de acessos (+16,4% A/A) representando 82,3% do total do mercado. O segmento pós-pago alcançou a marca de 35,85 milhões de linhas, uma expansão de 18,1% A/A. Os fatores chave para o crescimento de ambos os setores foram o cenário econômico favorável com expansão do crédito, inflação distribuída e renda (com parte de população migrando das classes D e E para a C) e o rápido crescimento no mercado de telefonia celular brasileira.

De acordo com dados publicados pela Telco, o setor de telefonia fixa apresentou um leve crescimento de 1,2% quando comparado ao ano anterior, encerrando o período com 42 milhões de acessos, o que representa uma penetração de aproximadamente 21,7 linhas para cada 100 domicílios.

O setor prestador de serviços passou por importantes movimentos de fusão e aquisição durante o ano. O mais importante de todos foi a venda da participação da Portugal Telecom na Unicef (controladora da Vivo) para a Telefonica. Depois de algumas tentativas, a companhia espanhola se tornou a única controladora da Vivo e já começou o processo de integração como seu braço fixo (Teleps) no Brasil.

Com o capital adquirido com a venda da Brasilcel, a PT comprou a participação no grupo controlador da Oi. A companhia manteve sua presença no Brasil e deu à companhia brasileira capital suficiente para que ela expanda suas operações depois de um ano de estagnação.

Outro importante evento foi a oferta voluntária do Embratel pelas ações preferenciais da NET. A companhia mexicana conseguiu assumir o controle de mais de 90% da capital total da NET e também já iniciou o processo de integração de suas empresas de telecom no Brasil (Claro, NET e Embratel).

Além dos movimentos de fusões e aquisições, em Dezembro a Anatel concluiu o leilão da Banda H que teve a Nextel como a grande vencedora. Com isso, o setor poderá ganhar um quinto player, já que quando a companhia comprou licenças de 3G, ela assumiu compromisso de cobertura em quase todo o território brasileiro.

O regulamento para os MVNOs também foi aprovado em novembro pela Anatel, o que poderá trazer novas companhias para operar no mercado.

3.3. Particularidades do setor

A telefonia móvel no Brasil caracteriza-se por ser um setor considerado privilegiado onde os preços e tarifas praticados são regulados pelo mercado. A Anatel funciona como uma agência que regulamenta todos os setores das telecomunicações no Brasil, com a missão de “promover o desenvolvimento das telecomunicações do país de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infra-estrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional.”

No ambiente competitivo, o setor de telefonia móvel brasileiro se apresenta como um dos mais competitivos no mundo, sendo um dos poucos a apresentar quatro competidores com presença nacional e com participação de mercado entre 20% a 30%. O forte movimento de competição no mercado implica em maior pressão de margens por conta de despesas comerciais com propaganda e publicidade, comissões e subsídio. A prática do subsídio como ferramenta de competição vem sendo abandonada gradativamente pelas operadoras, dando espaço a ofertas mais focadas no uso do serviço. O recente movimento vem permitindo a queda no preço médio das tarifas que são compensadas por uma maior utilização.

A TIM acelerou neste caminho durante 2010, deixando praticamente de lado a ferramenta de subsídios de aparelhos e voltando o foco ao estímulo do uso.

O capital intensivo também é uma das principais características da indústria das telecomunicações. De forma a suportar o aumento no tráfego de rede ao longo dos anos, são necessários elevados investimentos em tecnologia e infra-estrutura para garantir escala e qualidade dos serviços prestados.

O setor também passou por importantes movimentos de desenvolvimento socio-econômico do país. A TIM acredita fortemente que o Brasil está se consolidando em uma posição de destaque no cenário econômico mundial e está satisfeita por poder contribuir com o desenvolvimento de infra-estrutura do país, promovendo a universalização dos serviços de telecomunicações. A TIM reafirma seu compromisso de investimento em 2011 e a busca incessante por mais e melhores serviços, procurando atender a todas as necessidades de todos os seus *stakeholders*.

3.4. A Regulamentação do Setor

O setor de telecomunicações é submetido à regulação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, autarquia

especial vinculada ao Ministério das Comunicações, a qual possui gestão autônoma e independente. A Anatel é responsável pela edição das normas referentes à prestação dos serviços de telecomunicações e ao relacionamento entre os diferentes prestadores, nos termos dispostos na Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997). Especificamente no tocante à atividade operacional da TIM e Intelig, a Anatel desenvolveu uma estrita regulamentação da prestação dos serviços de telecomunicações móveis (Serviço Móvel Pessoal – SMP), de telefonia fixa (Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC) e de transmissão de dados (Serviço de Comunicação Multimídia - SCM).

Em vista do grande dinamismo do setor, em especial por conta dos acelerados avanços tecnológicos experimentados pelos prestadores, principalmente no âmbito do SMP, as normas editadas pela Anatel estão sujeitas a atualizações periódicas.

De forma a compartilhar o planejamento de suas ações com a sociedade e otimizar a gestão das políticas públicas estabelecidas pelo Poder Executivo, a Anatel aprovou o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil - PGR (Resolução nº 516/2008). No PGR, a Anatel estabeleceu ações de curto, médio e longo prazo, definidos, respectivamente, em 2, 5 e 10 anos.

Esse processo de adequação normativa leve em consideração as análises técnicas das áreas especializadas da Anatel e as discussões oriundas de Consultas Públicas, por meio das quais as propostas de atualização da regulamentação são debatidas entre a Anatel, o Poder Público e a sociedade em geral, sempre acompanhadas com bastante proximidade pela TIM.

3.4.1. Espectro de Radiofrequências

A TIM é detentora de autorizações de direito de uso de radiofrequências para o segmento do SMP nas faixas de frequência de 900 MHz, 900 MHz, 1,8 GHz e 1,9/2,1 GHz, o que lhe permite prestar serviços de comunicações móveis nas tecnologias 2G e 3G em todo o país.

Em outubro de 2010, a Anatel iniciou a Licitação nº 002/2010-PVPC/SPV, que leilou a subfaixa H (faixa de 1,9/2,1 GHz – 3G) e de sobras de faixas de 1,8 GHz (2G). Por conta de impedimentos definidos pela Anatel, relacionados aos limites para detenção de radiofrequências, as atuais prestadoras de SMP, com operação na faixa de 1,9/2,1 GHz, não foram habilitadas ao leilão da subfaixa H.

A impossibilidade de participação das atuais prestadoras do SMP no leilão da subfaixa H, permitiu à Nextel arrematar uma cobertura nacional 3G e uma presença 2G, na Região I do PGA, somando um investimento total de R\$ 1.421,3 milhões.

Como resultado de sua participação na Licitação, a TIM, com investimento de R\$ 81,8 milhões, poderá ampliar sua cobertura 2G e intensificar sua presença na região Norte do país e nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, áreas que tem registrado forte crescimento econômico.

Em continuidade ao processo de cumprimento dos Compromissos de Abrangência decorrentes da Licitação nº 002/2007/SPV, a TIM, no ano de 2010, concluiu a implantação de telefonia em 271 municípios, concluindo o atendimento de 460 municípios com menos de 30.000 habitantes, que não possuíam cobertura móvel, iniciado em 2008.

3.4.2. Integração com Intelig

A aquisição da INTELIG iniciou o processo de resolução da sobreposição geográfica das outorgas de prestação do STFC, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, detidas pela TIM CELULAR e pela INTELIG.

A regulamentação atual impede que um Grupo detenha mais de uma outorga para a prestação do STFC, pelo que a Anatel concedeu ao Grupo o prazo de 18 meses a partir da data da conclusão da operação societária, ou seja, até 30 de junho de 2011, para encerrar a sobreposição de outorgas.

3.4.3. VU-M e Mercado de Atacado

A interconexão entre as prestadoras de serviços de telecomunicações é obrigatória, permitindo aos usuários de diferentes serviços de telecomunicações de interesse coletivo (em especial, STFC, SMP e o Serviço Móvel Especializado – SME) a originalização e terminação de chamadas entre redes de prestadoras distintas.

No caso do SMP, a Anatel estabeleceu que, sempre que o uso de rede for utilizado para enviar ou terminar chamadas, as prestadoras farão jus ao recebimento do Valor de Uso de Rede do SMP (VU-M), de livre pactuação entre as partes relacionadas.

No âmbito de sua participação na Licitação nº 002/2007/SPV, que lhe assegurou as autorizações de uso de radiofrequências nas subfaixas 3G, a Anatel determinou à TIM a adoção de um único VU-M por Região do Plano Geral de Autorizações do SMP – PGA, com vigência a partir de 1º de novembro de 2010, de livre pactuação entre as partes relacionadas (Despacho nº 8.849/2009-CD).

Em outubro de 2010, a Anatel abriu a Consulta Pública nº 37/2010, que propõe um mecanismo de diminuição dos valores das chamadas fixo/móvel das concessionárias do STFC (VC-1), mediante a aplicação de um redutor de 10%, em 2011, e 10%, em 2012, sobre o Índice de Serviços de Telecomunicações – IST. Com efeito, este reajuste negativo das tarifas em VC-1 seria acompanhado de novas negociações para pactuação do VU-M, possivelmente seguidas de processo de arbitragem junto à Anatel.

Em paralelo, a Anatel aprovou a Consulta Pública nº 50/2010, ao final de dezembro de 2010, propondo profundas alterações do mercado de Exploração Industrial de Linhas Dedicadas – EILD, disciplinando mecanismos para otimização da estrutura operacional de contratação de circuitos de transmissão, de forma a incrementar a transparência dos custos de contratação e permitir tratamento isonômico às prestadoras independentes de Grupo e concessionárias.

A Consulta Pública nº 50/2010, que estará disponível para comentários até o dia 18 de março de 2011, inaugura as discussões sobre o aprimoramento do mercado de atacado, que deverão culminar com a edição do Plano Geral de Metas de Competição – PGMC.

Atualmente em fase de análise pelo Conselho Diretor da Anatel, o PGMC deverá reunir normas de assimetria mercadológica, em especial no mercado de EILD (infraestrutura de transmissão), de forma a proporcionar maior competição nos mercados de varejo e isonomia no mercado de atacado fixo, aperfeiçoando o modelo de regulação amparada pela definição de Poder de Mercado Significativo – PMS nos mercados relevantes considerados.

3.4.4. Modelo de Custos

A implementação de um modelo de custos pela Anatel vem sendo desenvolvida desde março de 2005, com a publicação da Resolução nº 396/2005, que aprovou o Documento de Separação e Alocação de Contas – DSAC, com vista à especificação de interconexão do STFC e SMP, bem como insumos do mercado de atacado, especialmente linhas dedicadas (ELD) e *unbundling*.

Em continuidade ao processo para sua efetiva implementação pela Anatel, em 17 de setembro de 2010, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) iniciou o processo licitatório internacional de consultoria que será responsável pela formulação da modelagem de custos, o qual deverá ser concluído ainda no primeiro semestre de 2011, segundo estimativas divulgadas pela Anatel.

A implementação otimizada do modelo de custos era uma das metas de curto prazo previstas no PGR, com expectativa de conclusão para outubro de 2010, porém, sua complexidade técnica indica que somente será efetivamente empregada pela Anatel para fixação de tarifas e preços em 2012.

3.4.5. MVNO (Mobile Virtual Network Operator)

Em novembro de 2010, a Anatel publicou a Resolução nº 550/2010, que disciplinou a atividade de exploração de SMP por meio de rede virtual (MVNO, do inglês *Mobile Virtual Network Operator*). A prestação do SMP por meio de rede virtual estará condicionada a acordos comerciais prévios entre as prestadoras do SMP em operação e as novas entidades interessadas no MVNO, que pode se dar por meio das figuras de Credenciado e de Autorizado de Rede Virtual. O Credenciado de Rede Virtual funcionará como parceiro da Prestadora de SMP, mediante Contrato para Representação entre o Credenciado e a Prestadora, sendo vedada a formalização de Contrato para Representação com mais de uma Prestadora Origem em uma determinada Área de Registro.

Já o Autorizado de Rede Virtual funcionará como novo prestador de SMP, competidor direto deste, em modelo de negócio que demanda um acordo prévio de compartilhamento de rede com uma Prestadora do SMP, sendo viável o compartilhamento de rede com mais de uma Prestadora de SMP numa determinada Área de Registro.

Com a regulamentação do MVNO, a aplicação concreta das normas revela uma oportunidade de ingresso no mercado de novas prestadoras que não possuem autorizações de direito de uso de radiofrequências em determinadas regiões, expandindo sua área de atuação, bem como a entrada de novos competidores, propiciando um incremento no nível de competição.

4. Serviços

A estratégia da TIM é fortemente baseada no entendimento e segmentação de sua base de clientes. A segmentação permite a prestação de atendimento e oferta de produtos e serviços, atendendo assim os diferentes perfis de nossos clientes *consumer e business*.

4.1. Soluções Consumer

2010 foi um ano de consolidação e evolução do portfólio de ofertas da TIM, que havia sido completamente renovado em 2009. Desta forma, a companhia permaneceu com o posicionamento de operadora que faz “Planos e Promoções que Revolucionam”. O portfólio é baseado em um conceito e uma mecânica inovadora no mercado brasileiro, como a tarifação por chamada, a quebra da barreira da longa distância e o uso ilimitado, sempre explorando o conceito de comunidade TIM, que conta com mais de 51 milhões de linhas em todo país. Os lançamentos ao longo de 2010 procuraram explorar e aprofundar ainda mais estes benefícios.

Principais planos comercializados:

- Infinity (Pré ou Pós), o cliente é tarifado apenas pelo 1º minuto de cada ligação para qualquer número TIM e fala o quanto quiser, ou seja, o pagamento passa a ser não mais por minuto, mas por chamada;
- Plano TIM Liberty, por uma mensalidade fixa, os clientes podem falar ilimitado com qualquer número TIM, sem restrição de ligações e duração das chamadas; ou
- Plano “Da Vinci”, é uma oferta única onde o uso é ilimitado em voz e também em dados pelo celular, além de contar com um exclusivo atendimento e portfólio de aparelhos.

No segmento pré-pago, a TIM iniciou o ano incentivando o uso e Infinity Pré através da promoção de 25 centavos local e longa distância usando o CIP 011, o que impulsionou o uso e o crescimento da base de clientes. Com o foco no dia das mães, uma data importante para o Brasil e aproveitando o período de Copa do Mundo, a Companhia lançou uma oferta que associava a tema Seleção Brasileira com uma condição comercial agradável. Ainda no segundo trimestre a TIM lançou um conjunto de ofertas que funcionava tanto para o segmento pré, quanto pós, chamado de “TIM Turbo”. Este conjunto de pacotes visa turbar os planos com benefícios ainda mais interessantes em três frentes: internet, mensagens e voz. No caso da voz pré, são oferecidos dois pacotes de ligações ilimitadas para números “prediletos” por um tempo determinado, mediante ao pagamento de uma taxa de adesão.

Em mais uma data comemorativa, o Dia dos Pais, a TIM manteve suas ofertas até então lançadas e reforçou sua comunicação para promover a oferta Infinity Pré 25 centavos para local e LD.

Para o quarto trimestre, foi lançada no segmento pré a oferta “Infinity Mais” que ampliou o benefício de tarifação por chamada, para ligações com terminação em linhas fixas cobrando 50 centavos por chamada. Esta oferta em conjunto com o “Infinity Web” foram os grandes chamareiras para a campanha de natal, tornando possível um expressivo resultado de adições líquidas no quarto trimestre.

A promoção “Infinity Web” consiste em um mês de gratuidade de utilização de internet no plano “Infinity Pré” e após este período, cobra-se 50 centavos ao dia para um uso ilimitado de acesso a internet pelo aparelho celular. Esta oferta, que será detalhada mais a frente, serviu como catalisador para que o plano “Infinity Pré” ganhasse ainda mais diferenciação frente aos concorrentes.

Para o segmento pós-pago, 2010 começou com o lançamento da oferta “Infinity Más”, um plano inovador sem assinatura mensal - o cliente só paga pela utilização mensal e ainda pode contar com os benefícios do plano Infinity (cobrança por chamada, para chamadas locais e LD usando o código CSP41). Ainda no segmento, a TIM também lançou no primeiro trimestre o plano “Liberty+100”, com um valor de assinatura muito competitivo na oferta de chip avulso (sem subsídio de aparelhos). Este plano inclui os mesmos benefícios do plano Liberty, mas também inclui 100 minutos para chamadas fora da rede TIM e também inclui chamadas ilimitadas para usuários de Rádio.

No segundo trimestre, o “TIM Turbo” também foi lançado para os planos pós e os pacotes disponíveis para voz pré eram: “Predileto Local” e “Predileto DDD” que ofereciam chamadas ilimitadas para números TIM móveis ou fixo mediante a uma assinatura mensal. Além disso, foram lançadas outras opções de pacotes para ligações fora da rede TIM para o plano “Liberty”.

Para o terceiro trimestre, a TIM manteve as ofertas pós pagas lançadas no início do ano, e criou novos serviços, como o “Infinity Família”, que oferece ligações grátis e ilimitadas entre os números TIM da família, inclusive ligações para o “TIM Fixo”. Desta forma, é possível aproveitar todos os benefícios dos planos “Infinity” (cada membro da família escolhe o seu e ainda fala gratuitamente entre si). Ainda no pós, o “TIM Turbo” foi incrementado com novos pacotes para os clientes Liberty, estes pacotes são focados na comunicação com quem se pode falar de forma ilimitada, portanto mediante ao pagamento de uma mensalidade reduzida, o usuário Liberty poderia falar ilimitadamente com rádio.

Fechando o ano, no pós-pago, foi lançada também a promoção “Infinity Más” que oferece ligações para telefones fixos pelo valor de 50 centavos por chamada. Mais uma vez foi reforçada a estratégia de uso intensivo, oferecendo benefícios diferenciados aos clientes TIM. Outra oferta que impulsionou as vendas no pós, foram os “Combos Liberty”, que traziam os benefícios do plano Liberty em conjunto com a promoção Liberty Web, que dava 6 meses de gratuidade de acesso à internet quando o cliente comprava um aparelho novo (sem subsídio).

Durante 2010, a TIM manteve a estratégia de TIM Chip Avulso, onde os clientes podem optar por descontos no serviço e invés do subsídio no aparelho. Desta maneira, é possível receber ainda mais a dependência deste modelo de oferta, e instalar fortemente ao mercado que é possível oferecer serviços diferenciados a preços competitivos e disponibilizar aparelhos sem necessariamente dá-los gratuitamente aos clientes.

A análise e evolução das ofertas foram tratadas que a TIM apresentasse uma melhoria nos indicadores operacionais. Suas vendas atingiram um patamar recorde de 28,6 milhões de linhas em 2010, as novas ofertas tiveram grande aceitação no mercado e foi possível continuar acelerando a substituição fixo-móvel, aumentando sensivelmente a utilização (o MÔU - *Minutes Of Use* – fechou o ano em 129 milhões). Seguimos em 2011 no mesmo caminho, através de lançamentos inovadores e que estimulem a utilização dos clientes, sempre mantendo a qualidade do serviço.

4.2. Soluções Business

Em 2010, a TIM manteve a estratégia de diferenciação e inovação no segmento business. O foco foi oferecer soluções funcionais para todos os perfis de uso, com simplicidade, economia e comodidade. Estes atributos constituem a estratégia da TIM para o segmento corporativo. A TIM lançou em 2010 planos e serviços inovadores para atender desde os microempreendedores individuais até as grandes corporações.

Nesse sentido, lançou duas novas famílias de planos de voz: “TIM Liberty Empresa” e “TIM Empresa Mundi”, focados nas principais necessidades de comunicação dos usuários do mercado corporativo.

Os planos “TIM Liberty Empresa” seguem o conceito de comunidade e o cliente pode falar com mais de 51 milhões de pessoas em todo Brasil sem custo adicional. Todas as ligações para qualquer celular TIM são gratuitas e ilimitadas, sejam elas para números pré pagos ou pós pagos TIM. Nesse plano, o cliente também pode escolher entre 5 opções pacotes de minutos para falar com clientes de outras operadoras. A oferta Liberty no segmento corporativo, permitiu que empresas tivessem economia imediata na comunicação entre seus funcionários, clientes e fornecedores, através de uma comunicação gratuita e ilimitada em todo seu ecossistema.

A família de planos “TIM Empresa Mundi” é a alternativa econômica, diferenciada e inovadora, que permite a utilização do pacote de minutos em ligações para qualquer direção. O “TIM Empresa Mundi” é o único do mercado com essas características. Nesse plano, há quatro opções de pacotes de minutos individuais para fazer ligações locais e de longa distância nacional e internacional para mais de 20 países com o código 41, sem a cobrança do deslocamento nacional, e as tarifas são a partir de R\$ 0,25 o minuto. Além desse plano, a TIM atendeu de forma diferenciada e inovadora empresas que tinham necessidade de ligações internacionais, como consultorias, empresas importadoras/exportadoras e multinacionais. Além disso, permitiu que as contas de telefonia das empresas não fossem mais uma surpresa no final

do mês, garantindo controle e redução de custos.

Ainda em 2010, a TIM lançou a oferta “Liberty Web Empresa”, que oferece 6 meses grátis de acesso à internet pelo celular. Isso permitiu que empresas adquirissem soluções completas de voz e dados através de *smartphones*. Atualmente uma parcela importante das vendas para o segmento corporativo sai com o serviço de internet até o *smartphone*. Todos os clientes que adquirem essa solução recebem gratuitamente o “Menu Tur” novo, um *smartphone one*



Você, sem fronteiras.

empresa do grupo Telecom Itália que atua como provedora de serviços de transporte internacional de voz e dados. No início do ano, a marca foi relançada, através de uma campanha nacional com o slogan "Intelig agora é TIM", incentivando o uso do código 23 de longa distância da Intelig.



6.3. Oferta de Longa Distância

O ano de 2010 marcou a retomada dos investimentos em comunicação do serviço de Longa Distância da Intelig com o código 23, fomentando a competição num segmento que se mostra carente de novidades. Iniciou-se o ano comemorando os 10 anos da Intelig com o lançamento da oferta "Aniversário 10 Anos Intelig 23", apresentando o cliente com a tarifa super-promocionada de R\$0,10/min para chamadas nacionais de fixo para fixo, a qualquer hora em qualquer dia da semana. A simplificação do conceito e a agressividade da oferta, aliados à presença na mídia de massa da Intelig multiplicaram de forma significativa o tráfego de longa distância usando o 23.

No segundo semestre, a oferta foi reformulada aproveitando o bom momento gerado na 1ª metade do ano, quando foi lançada a nova fase da campanha sob o mote "Se Liga 23". Para essa nova fase foi utilizada a imagem de um ator renomado (Seiton Mello) para promover o serviço com as ligações de longa distância de fixo para fixo a R\$0,23 por minuto a qualquer hora do dia, quebrando paradigmas e mudando os hábitos de uso de seus clientes. Um grupo de 23 países também contemplava essa tarifa. Até de R\$0,23/min para chamadas de longa distância internacional. Num confronto direto de comparação com as tarifas das concorrentes, a campanha "Se Liga 23" evidenciou a economia e a simplicidade do 23, elevando ainda mais o nível de LD.

6.4. Oferta Fixa e Dados

No segmento corporativo, a INTELIG expandiu sua atuação de mercado abrangendo não somente o segmento de Grandes Contas mas também de Pequenas e Médias Empresas através do lançamento da oferta "Sem Fronteiras 23" em Maio de 2010. Essa oferta se diferencia por cobrar a mesma tarifa de ligação local para DDD, além de estender as ligações grátis para qualquer linha móvel da TIM (proporcionando uma economia de até 50%). Pela primeira vez em sua história a INTELIG fez campanha publicitária para esse tipo de produto, corroborando a intenção do grupo em investir nessa nova operação. Dois produtos de acesso dedicado internet, "IP Fácil" e "IP Max", com velocidades de 1Mbps até 100Mbps foram lançados para atender a demanda de dados do segmento corporativo.

No segmento residencial, foi lançado um piloto em bairros selecionados da cidade de São Paulo de um serviço multi-play: o "Intelig Combo". O serviço oferece telefonia fixa junto com o primeiro plano de banda larga de alta velocidade com tecnologia BPL (Banda Larga por Linha de Energia), através uma parceria com a AES Eletropaulo. Ainda no primeiro semestre, a Companhia fechou uma parceria com a IBM para oferecer o "IBM Lotus Traveller", uma ferramenta que permite que os clientes acessem o e-mail através do software IBM Lotus Notes. O serviço é direcionado para a área de Grandes Contas (1000 maiores companhias do Brasil) com o objetivo de promover a migração de ferramentas de suporte corporativo aos dispositivos móveis.

6.5. Rede

A INTELIG possui uma infra-estrutura que permite aos seus clientes obter soluções integradas e personalizadas. A empresa possui uma rede de fibra óptica instalada de Norte a Sul do País (100% digital) totalizando mais de 500 mil km de cabos de fibras óticas, com um extenso backbone de 16 mil km e redes metropolitanas nas principais capitais do país. Além disso, a empresa conta com centrais telefônicas, estações de satélites, conexão às grandes redes internacionais e capacidade nos principais sistemas de cabos submarinos.

7. A Marca TIM e Campanhas publicitárias

7.1. A Marca TIM

Em 2010, após promover uma revolução no hábito das pessoas se comunicarem, lançando planos com conceitos de comunicação ilimitada, a TIM manteve o compromisso de inovar e melhorar cada vez mais a qualidade de seus serviços. O resultado, a TIM foi a empresa que mais cresceu no ano de 2010, fechando o ano com mais de 51 milhões de clientes. Com a assinatura "Voz, sem Fronteiras", consolidou seu posicionamento de empresa que pensa diferente, acreditando que pode agregar vantagens até o momento ainda não experimentadas pelo mercado de Telecom, diferenciando o seu cliente ao máximo. A manutenção de seu portfólio inovador, com planos que permitem falar mais e pagar menos como o "Infinity" e outro com proposta de comunicação ilimitada como o "Liberty", foi o grande diferencial para alavancar o seu crescimento no mercado.

7.2. Campanhas publicitárias

A estratégia de comunicação para 2010 foi baseada em consistência de informações e coerência com o cenário. Podem-se destacar dois movimentos importantes, sendo um a campanha publicitária que lançou um compromisso de apresentar as melhorias de cobertura e qualidade de sinal, em que o cliente pode acompanhar o desenvolvimento do plano de expansão através da mídia. E outro que foi o trabalho de consolidação dos planos "Infinity" e "Liberty", que estiveram presentes ao longo do ano em todas as propostas de comunicação. A marca manteve em sua comunicação o *Blue Man Group* com o firme propósito de gerar reconhecimento público. Em 2010, a TIM realizou mais de 25 campanhas de planos e promoções, e fechou o ano com um filme de retrospectiva que relembrou os grandes lançamentos do ano e seus principais benefícios ao cliente. A promessa que fica é que a empresa continuará inovando para que seu cliente possa romper as fronteiras diárias, se sentindo cada vez mais sem fronteiras.

8. Recursos Humanos

A TIM fechou o exercício de 2010 com 9.081 colaboradores em todo o Brasil, um ativo intangível e fundamental para o sucesso de seus negócios. Trata-se de uma equipe altamente qualificada, onde 44,9% dos colaboradores possuem ou estão cursando nível superior e 5,3% já são pós-graduados; os outros 47,8% concluíram o ensino médio e apenas 2% não o fizeram. É uma equipe jovem: 74,9% dos colaboradores têm até 35 anos; 18,9% estão entre 36 e 45 anos; e 6,2% estão acima dos 45 anos de idade. Adicionalmente, seu corpo funcional é composto também por 26 terceirizados e 177 estagiários.

O respeito aos direitos dos colaboradores (seu bem-estar e motivação) tem sido foco das iniciativas anualmente implementadas pela TIM, que além de oferecer incentivos e oportunidades, procura envolvê-los na condução dos negócios e investe no desenvolvimento profissional, de forma a promover seu total comprometimento com as metas da Companhia. Um dos pilares da gestão de Recursos Humanos é possibilitar o auto-desenvolvimento dos colaboradores, por meio de programas de formação inovadores. Em 2010, a TIM registrou 10.732 participantes no Programa de Treinamento e Capacitação, totalizando 433 mil horas, ou uma média de 40 horas por funcionário. O resultado foi fruto de ações voltadas principalmente ao desenvolvimento de competências core da companhia, através das iniciativas de formação internacional com escolas de renome mundial, e oportunidades de graduação aos colaboradores que ainda não tiveram a oportunidade de iniciar/concluir seus estudos.

A atração e desenvolvimento de profissionais de valor é uma prioridade na companhia, que desenvolveu o programa "Talentos sem Fronteiras": uma iniciativa com o objetivo de identificar e buscar os melhores jovens profissionais no mercado de trabalho, preparando-os a assumirem posições de destaque e relevância na empresa. Em 2010, foram selecionados 84 jovens talentos.

A qualidade de vida também está entre as principais preocupações da Companhia, que deu continuidade a programas voltados para a saúde e o bem-estar com o objetivo de reduzir o estresse e promover hábitos saudáveis na rotina de seus colaboradores. Adicionalmente a TIM oferece aos colaboradores o plano de previdência complementar, que em 2010 contou com a adesão de 81% do quadro funcional.

9. Atendimento ao cliente

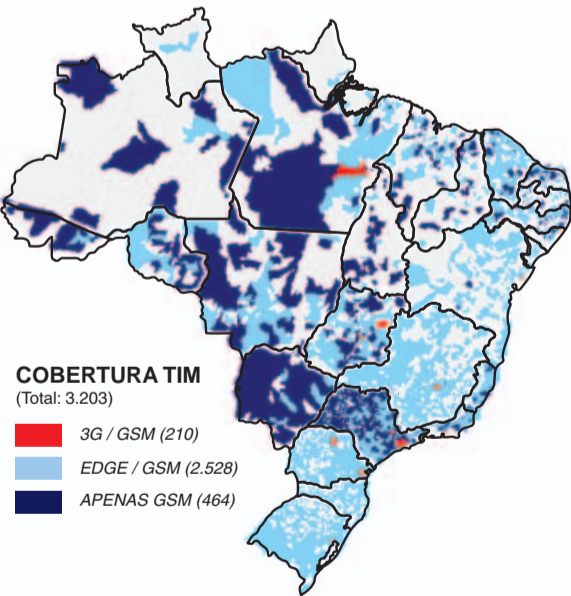
A qualidade no atendimento ao cliente é uma das prioridades da nova gestão da TIM. Em 2010, continuaram os investimentos na melhoria da satisfação do cliente e na qualidade da prestação do serviço. A equipe de Satisfação do Cliente acompanha as observações dos usuários por meio de pesquisas qualitativas e de trabalhos de monitoria, medidas de forma independente e objetiva, com o propósito de aprimorar a qualidade e atuar na correção dos processos. Para isso, foram contratadas pesquisas a fim de se obter diagnósticos precisos de diferentes situações.

Também em 2010, a TIM permaneceu com iniciativas que visam o diálogo com os seus clientes por meio de associações de defesa do consumidor, públicas e privadas, firmando um relacionamento de transparência e de credibilidade. O resultado dessas ações pode ser verificado na redução de 12% no volume total de reclamações recebidas pelos diversos canais da TIM e nos últimos números divulgados pela Pesquisa de Satisfação, que apresentou resultados muito positivos como a satisfação do serviço de internet móvel, seja através do aparelho celular ou de modems, além de um maior percentual de problemas solucionados para clientes pós pago de alto valor.

10. Rede

10.1. Cobertura Nacional

A estrutura de rede de telefonia celular da TIM é baseada na tecnologia GSM. A TIM possui um alcance nacional de aproximadamente 94% da população urbana, sendo a maior cobertura GSM do Brasil, com presença em 3.203 cidades. A TIM conta também com uma extensa cobertura de dados em todo país, sendo 100% GPRS, dos quais 79% com EDGE, além de possuir uma sofisticada rede de Terceira Geração (3G) disponível para mais de 54% da população urbana do Brasil.



A TIM realizou ao longo do ano significativos investimentos, sendo R\$1,7 bilhão somente em rede, para ampliação de cobertura e capacidade, acompanhando assim o crescimento de tráfego de voz e dados. A Companhia manteve o programa interno iniciado em 2009 de monitoramento da qualidade de rede, baseado em medições amostrais realizadas nas vias das principais áreas metropolitanas do país. O programa acompanha o desempenho de rede da TIM e também das demais operadoras móveis, e é utilizado para realizar ajustes finos e proporcionar melhoria de qualidade na rede.

Os investimentos em rede e o programa de monitoramento ajudaram a perpetuar os resultados conquistados em 2009. Em 2010, a TIM atingiu 100% das metas de qualidade de rede estabelecidas pela Anatel durante 11 dos 12 meses do ano (em fevereiro o indicador foi 99,5%), com isso foi assumida a liderança de qualidade de rede superando os demais concorrentes.

Além disso, atingiram-se os menores níveis no indicador de queda de chamada com uma média de 0,6% no último trimestre do ano. O desempenho evidencia o comprometimento da TIM em prover um serviço de excelente qualidade mesmo com forte crescimento do tráfego de voz e dados no período, em função do sucesso do novo portfólio de ofertas.

10.2. Cobertura Internacional (Roaming)

No exterior, a TIM continua a ampliar a disponibilidade de serviços de *roaming* internacional: já são mais de 450 redes disponíveis em mais de 200 países nos seis continentes (incluindo Antártica) para o uso de Voz e 153 países com cobertura de dados (GPRS/EDGE) e Multimídia (MMS), o que a mantém na liderança de mercado nesse segmento. Além disso, a empresa também é líder na cobertura para clientes pré-pagos disponíveis em 75 países. A partir de 2009, a TIM também disponibilizou o 3G no exterior, em 2010 a cobertura foi ampliada para 35 países. No intuito de proporcionar ainda mais comodidade ao usuário do serviço, os clientes que viajam ao exterior também possuem cobertura a bordo de Cruzeirois Marítimos e Aeronaves.

11. Desempenho Operacional e Financeiro

A análise de demonstração de resultado refere-se às operações da TIM+INTELIG.

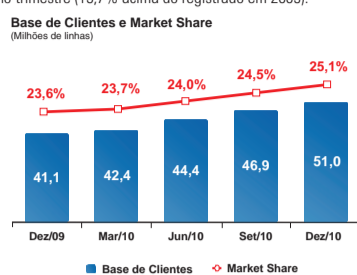
11.1. Desempenho Operacional

A base total de assinantes da TIM encerrou o ano de 2010 com 51,0 milhões de clientes, um crescimento da base de 24,1% se comparado com 2009, com participação de mercado de 25,1%.

A TIM adicionou 9,9 milhões de novos clientes à sua base em 2010, sendo 4,1 milhões de linhas somente no quarto trimestre, quase triplicando os 1,5 milhões do quarto trimestre de 2009. No ano, a empresa foi responsável por 34,2% do total de adições líquidas do mercado.

Este desempenho é resultado do reposicionamento da Companhia e a ártima resposta aos novos planos, refletindo no maior nível já alcançado de adições brutas, sendo 28,6 milhões de linhas no ano (+38,3% A/A) e 9,3 milhões no trimestre (+53,8% A/A).

A base do segmento pré-pago alcançou 43,5 milhões de usuários (25,7% acima de 2009), enquanto a do pós-pago ficou em 7,5 milhões de usuários no trimestre (15,7% acima do registrado em 2009).



O **MOU** (média mensal de minutos por usuário) atingiu 116 minutos em 2010, sendo que no último trimestre alcançou 129 minutos (crescimento de 30% ano-a-ano), em reflexo ao forte incentivo ao uso em razão das ofertas baseadas em comunidade.

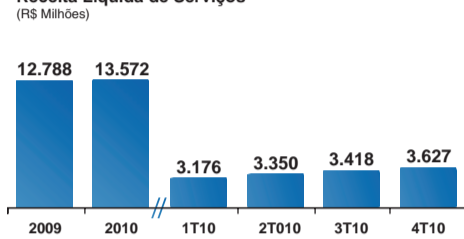
O **ARPU** (receita média por usuário) foi de R\$23,7 em 2010, uma redução de 10,8% se comparado com 2009. A queda é explicada pela redução do *mix* pós-pago no período e queda na receita de *incomring*.

11.2. Desempenho Financeiro

A **receita bruta de serviços** ficou em R\$18.761 milhões em 2010, uma expansão de 8,5% quando comparado a 2009. A receita bruta de produtos totalizou R\$1.558 milhões, o que representa uma redução de 9,3% A/A. A receita bruta total se expandiu 6,9% chegando a R\$20.319 milhões.

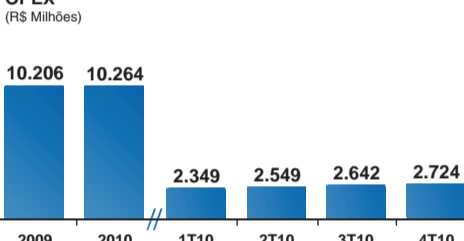
A **receita líquida total** foi de R\$14.457 milhões em 2010 (uma expansão de 5,2% A/A), enquanto a **receita líquida de serviços** totalizou R\$13.572 milhões (6,1% a mais do que em 2009), impactada principalmente pela expansão da receita de voz (local e LD). A receita líquida de produtos totalizou R\$886 milhões no ano, uma queda de 7,6% em relação ao ano anterior, refletindo a estratégia da TIM na venda de chip avulso.

Receita Líquida de Serviços



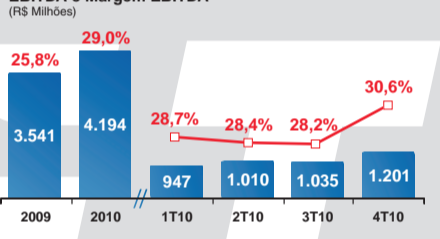
Os **custos e despesas operacionais** de 2010 totalizaram R\$10.264 milhões (uma leve expansão de 0,6% A/A). Apesar da expansão das operações da empresa que acabaram aumentando as linhas de comercialização (+3,4%) e custo com produtos vendidos (+10,9%), o plano de eficiência da empresa reduziu os custos com pessoal (-7,5%) e as provisões para devedores duvidosos (-25,9%). A estratégia do chip avulso também contribuiu para a manutenção dos níveis de custo, pois reduziu a quantidade de subsídios que a empresa concedia. Os custos gerais e administrativos e com rede e interconexão ficaram praticamente estáveis em relação ao ano de 2009. Além disso, houve queda de 6,2% na linha Outras Despesas.

OPEX



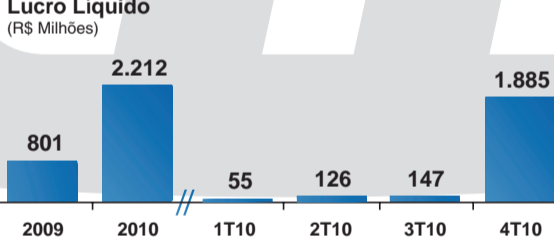
O **EBITDA** totalizou R\$4.194 milhões em 2010, um crescimento de 18,4% comparado a 2009, atingindo a margem de 29% no ano. O EBITDA acumulado de 2010 foi o maior já alcançado pela empresa, e a evolução das margens (2009 fechou com margem de 25,8%) comprova que a empresa conseguiu conciliar crescimento de receita com aumento de rentabilidade.

EBITDA e Margem EBITDA



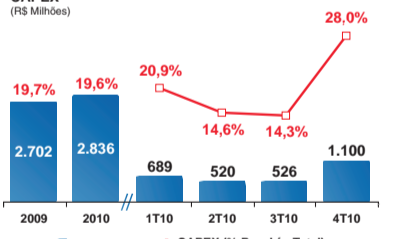
O **lucro líquido** de 2010 totalizou R\$2.212 milhões, com crescimento de 176% em comparação aos números registrados em 2009. O salto é decorrente de um melhor resultado operacional, mas também de um impacto significativo da utilização de créditos tributários que totalizaram aproximadamente R\$1,2 bilhão e impactaram positivamente no resultado.

Lucro Líquido



Os **investimentos** alcançaram o montante de R\$2.836 milhões, 4,9% maior do que em 2009 em termos nominais, mas na mesma proporção da receita do 4T09. Em 2010, o CAPEX esteve principalmente focado na cobertura de rede e capacidade de suportar o aumento do tráfego. Com relação ao 3G, TIM manteve a estratégia em cobertura *night on spot*, focando nas áreas de maior densidade e fornecendo uma qualidade de serviços superior.

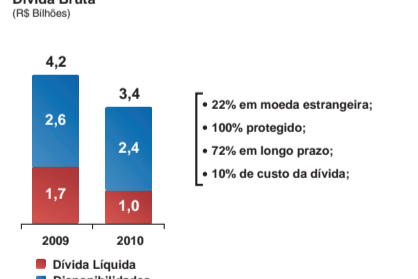
CAPEX



A **dívida bruta** acumulou o total de R\$3.378 milhões (dos quais 72% em longo prazo) em 2010. Houve uma substancial redução na dívida se comparada à de 2009 (que era de 4.240) devido, principalmente, a financiamentos que venceram durante o ano e não foram renovados. A dívida da Companhia é composta por financiamentos de longo-prazo com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e EIB (*European Investment Bank*), assim como empréstimos de outras instituições financeiras locais e internacionais. Aproximadamente, 22% da dívida total é denominada em moeda estrangeira (Dólar), sendo 100% protegida em moeda local. O custo médio da dívida ficou em 10,06% ao final de 2010, comparado ao custo de 9,67% ao final de 2009, seguindo a tendência de alta na taxa Selic no período.

As **disponibilidades** alcançaram R\$2.394 milhões, resultando em uma posição de dívida líquida (dívida bruta - disponibilidades) de R\$984 milhões, uma redução de mais de 40% A/A.

Dívida Bruta



12. Responsabilidade Sócio-ambiental

As estratégias comerciais competitivas e a retomada, de forma rentável, de participação no acirrado mercado de telefonia móvel marcam a nossa atuação em 2010. O resultado foi a consolidação do novo posicionamento da marca TIM no Brasil. A empresa investiu na estratégia de renovação do portfólio de serviços, para oferecer aos clientes maneiras inteligentes de falar mais e gastar menos com os planos "Infinity" e "Liberty". O que não mudou foi a nossa missão de se aproximar do cliente para oferecer possibilidades inovadoras de conectividade, com foco em seus expectativas e necessidades diversificadas, contribuindo como agente de evolução social por meio de uma gestão sustentável. Tendo sempre em mente a necessidade de inclusão social, incrementamos nossa cobertura TIM em localidades pouco populosas e de baixo retorno econômico. Em 2010, também expandimos a cobertura para mais 300 municípios e permanecemos firmes no propósito de entender ainda mais suas necessidades. Prova desse compromisso foi a redução de 12% no volume total de reclamações recebidas pelos diversos canais da TIM, mesmo com o crescimento de 37% de sua base de usuários, de janeiro de 2009 a dezembro de 2010. O movimento foi refletido no índice de qualidade de rede da TIM, aferido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e conquistado pela TIM em dez meses ao longo de 2010.

Como prova de gestão sustentável, os colaboradores da TIM trabalham arduamente para crescer com rentabilidade de longo prazo. No ano passado, tivemos crescimento de 6,1% da receita líquida de serviços e hoje é a principal alavanca de crescimento do Grupo Telecom Itália. Isso representa que o mercado brasileiro será cada vez mais o centro de toda a estratégia e desenvolvimento dos negócios do Grupo.

A Companhia tem consciência dos potenciais impactos negativos do seu segmento de negócios, como os resíduos da rotatividade na troca de celulares e das emissões eletromagnéticas das Estações Rádio Base (ERB). As estratégias da TIM geram subprodutos positivos neste sentido, pois um modelo de oferta baseado no chip avulso pode adiar a substituição de aparelhos e o compartilhamento de redes e sites, diminuindo o impacto ambiental dos sistemas de acesso.

Com o objetivo de atuar decisivamente no desenvolvimento sustentável, o nosso Comitê de Controle Fiscal e Governança agora é também responsável pela discussão dos temas relativos à sustentabilidade. E o reconhecimento por esse trabalho se concretizou com a inclusão pelo terceiro ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&F Bovespa, e no Índice de Carbono Eficiente (ICE) lançado este ano pela Bolsa.

Acreditamos que nosso setor é parte da solução para enfrentar os dilemas de crescimento econômico, levando em consideração os limites do meio ambiente. Ao ampliar a oferta de serviços que alteram o padrão de mobilidade das pessoas, como o plano "Infinity", que viabiliza chamadas longas em DDD ao preço de ligação local, a necessidade de deslocamento é reduzida e pode se refletir na queda das emissões de CO2, o principal gás de efeito estufa responsável pelo aquecimento global. Para conhecer e dar transparência às emissões de gases que impactam o meio ambiente, a TIM fez um inventário para 2008 e 2009, e contratou uma empresa especializada para elaborar o relatório de 2010. Este trabalho servirá de base para a definição da nossa política de mudança climática. Como prova do empenho em aproximar pessoas, a TIM se tornou líder no mercado de longa distância no País, com 40% das chamadas efetuadas com o DDD 41. Além disso, comemoramos o sucesso da integração com a INTELIG com a

TIM Participações S.A.

CNPJ: 02.558.115/0001-21
Companhia Aberta



contratação de mais de 300 mil planos de longa distância comercializados por tele vendas, em dezembro. O número foi 15 vezes maior que o registrado no mesmo mês de 2009 e 21% superior ao vendido em novembro. Outro motivo de orgulho: no ano passado, passamos a integrar a Plataforma Empresas pelo Clima, iniciativa voluntária coordenada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces). Como única representante do setor, essa ação reúne líderes setoriais atentos às questões climáticas no mundo e seus efeitos. A TIM ainda oferece aos seus clientes e funcionários oportunidades de também contribuir por um mundo melhor. Os clientes encontram no portfólio de operadora a opção para fazer escolhas mais conscientes com a linha de aparelhos com menor impacto ambiental. Os funcionários, por sua vez, são convidados a realizar o curso de sustentabilidade no @aula TIM, ferramenta de *e-learning* disponível para expandir internamente os conceitos de sustentabilidade.

Ainda na seara iniciativa, há oito anos a empresa lançou o projeto TIM Música nas Escolas, que concluiu seu ciclo de vida em 2011. A iniciativa já beneficiou mais de 20 mil alunos de escolas públicas em 13 cidades brasileiras e conta com oficinas musicais e grupos diferenciados, como os Núcleos de Agitação Cultural, os aprendizes de áudio as baterias-mirins e os Pequenos Embaixadores da Paz. O programa deu origem a orquestras em seis cidades. No Rio, o grupo lançou um CD.

Para reforçar sua posição de transparência e compromisso com os consumidores, a TIM mantém diálogo e parceria com usuários e órgãos de defesa do consumidor. A companhia atua fortemente no tratamento preventivo tendo em vista a redução das demandas negativas e acredita que tais ações serão refletidas de forma positiva no cumprimento dos acordos assinados com a Fundação Procon São Paulo e com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) para redução das ações recebidas pelos órgãos. Em 2011, a TIM tem como desafio é seguir crescendo com rentabilidade, com foco na qualidade dos serviços e mantendo a pegada de inovação. Continuaremos a acompanhar a velocidade do mercado sem perder a visão no longo prazo que está implícita no esforço de todos por um desenvolvimento mais sustentável. Estamos confiantes de que, com a participação de nossos *stakeholders*, sabermos somar tecnologia, competências e potencial de criatividade para continuar a resolver, com sucesso, os dois lados desta equação.

13. Governança Corporativa

A TIM conduz seus negócios com ética e transparência, dentro das melhores práticas de governança corporativa. A TIM é uma sociedade por ações, de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria e, ainda, supervisionada por um Conselho Fiscal, que também exerce a função de Comitê de Auditoria.

A Companhia conduz seus negócios com boa-fé, lealdade, veracidade e, ainda, baseando-se em quatro importantes princípios gerais:

- (I) liberdade de decisão;
- (II) acesso à informação;
- (III) igualdade de tratamento; e
- (IV) transparência.

13.1. Política de Divulgação

A TIM Participações adotou em 2003 uma Política de Divulgação e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, nos termos das determinações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ao qual os administradores da Companhia aderiram mediante assinatura de termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

13.2. Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada que exerce a administração superior da Companhia e é composto por nove membros com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração são determinados pela legislação brasileira, pelo Estatuto Social da Companhia e pelo Regimento Interno do Conselho de Administração. Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas e consignadas no livro de Atas do Conselho de Administração, o qual se reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas pelo Conselho. Os indivíduos convidados a participar das reuniões do Conselho não terão direito de voto. O Conselho de Administração possui dois comitês de assessoramento, com função recomendatória, e são compostos apenas por membros do Conselho, quais sejam, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Controle Interno e da Governança Corporativa.

13.3. Diretoria

A Diretoria é o órgão de representação e executivo de administração da Companhia. Formada por 1 diretor presidente e 6 diretores executivos, é eleita pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos. Todos os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo.

13.4. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Comitê de Auditoria, representado pelo Conselho Fiscal, está instalado e funcionando desde 2004, e é composto por profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantêm qualquer outro vínculo com a Companhia.

13.5. Estrutura Acionária

Composição Acionária - Após Incorporação da Intelig

	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
TIM BRASIL	650.537.118	77,14	990.098.815	60,85	1.640.635.930	66,27
Outros	192.744.359	22,86	642.354.768	39,35	835.099.127	33,73
TOTAL	843.281.477	100,00	1.632.453.583	100,00	2.475.735.060	100,00

O capital social encerrou 2010 com montante total de R\$8.149.096.024,13, representado por 843.281.47



Você, sem fronteiras.

TIM Participações S.A.
 CNPJ: 02.558.115/0001-21
 Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

em 31 de dezembro de 2009. Apresenta também a reconciliação do patrimônio líquido (controladora e consolidado) e do resultado do exercício (controladora e consolidado) para os períodos representados. Essas informações contábeis estão sendo reclassificadas com a aplicação dos referidos ajustes e reclassificações acima comentados.

d1. Reconciliação do patrimônio líquido da controladora dos períodos representados

	Nota	31/12/2009	01/01/2009
Patrimônio líquido divulgado		8.282.093	7.790.456
Combinação de negócios	2c.4	263.625	-
Aquisição de ações de acionistas não controladores	2c.8	157.556	157.556
Equivalência patrimonial	2c.6	(122.367)	(248.847)
Outros	2c.4	(3.547)	(3.547)
Patrimônio líquido ajustado		8.577.360	7.695.618

d2. Reconciliação do patrimônio líquido consolidado dos períodos representados

	Nota	31/12/2009	01/01/2009
Patrimônio líquido divulgado		8.282.093	7.790.456
Combinação de negócios aquisição Intelig	2c.4	280.327	-
Aquisição de ações de acionistas não controladores	2c.8	157.556	157.556
Encargos financeiros capitalizados	2c.2	(110.982)	(148.037)
Ativo diferido	2c.5	(110.979)	(149.029)
Provisão para futura desmobilização de ativos	2c.3	14.999	18.868
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2c.1	67.893	29.351
Outros	2c.8	(3.547)	(3.547)
Patrimônio líquido ajustado		8.577.360	7.695.618

d3. Reconciliação do resultado da controladora do período representado

	Nota	31/12/2009
Lucro líquido divulgado		214.893
Equivalência patrimonial	2c.6	126.480
Lucro líquido ajustado		341.373

d4. Reconciliação do resultado consolidado do período representado

	Nota	31/12/2009
Lucro líquido divulgado		214.893
Encargos financeiros capitalizados	2c.2	37.055
Provisão para futura desmobilização de ativos	2c.3	(3.869)
Ativo diferido	2c.5	38.050
Resultado de dezembro/09 da Intelig	2c.4	16.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2c.1	38.542
Lucro líquido ajustado		341.373

d5. Reconciliação do Balanço Patrimonial da Controladora em 01 de janeiro de 2009 - Data de transição:

	Nota	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.968	35.968
Aplicações financeiras	6	4.016	4.016
Dividendos a receber	2c.9	174.722	174.722
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9	1.067	1.067
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	1.067
Outros ativos	14	215	215
Não Circulante			
Aplicações financeiras	6	311	311
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9	2c.7.2	6.257
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	6.257
Depósitos judiciais	13	5.467	5.467
Investimentos	15	2c.6	7.788.868
Intangível	17	2c.4	3.547
Total do ativo		8.020.430	7.925.600

Controladora

	Nota	31/12/2009	01/01/2009
Balanço Patrimonial em 01/01/09			
- antes dos ajustes			
Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs			
- após os ajustes			

PASSIVO

	Nota	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Fornecedores	18	768	768
Obrigações trabalhistas	20	27	27
Impostos e contribuições indiretos a recolher	21	2c.7.3	17
Impostos e contribuições diretos a recolher	22	2c.7.3	6
Dividendos a pagar	26	193.365	193.365
Outras obrigações	23	4.121	4.121
Não Circulante			
Provisão para contingências	24	6.520	6.520
Passivo atuarial	37	4.717	4.717
Outras obrigações	23	20.447	20.447
Patrimônio líquido			
Capital social	26	7.613.610	7.613.610
Reserva de lucros	26	142.516	142.516
Prejuízos acumulados	26	(252.394)	(252.394)
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.020.430	7.925.600

d6. Reconciliação do Balanço Patrimonial Consolidado da Companhia em 01 de janeiro de 2009 - Data de transição:

	Nota	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.531.543	1.531.543
Aplicações financeiras	6	23.048	23.048
Contas a receber	7	2.635.355	2.635.355
Estoque	8	548.514	548.514
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9	2c.7.2	603.353
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2c.7.1	49.451
Despesas antecipadas	12	2c.7.4	155.925
Operações com derivativos	36	-	280.925
Outros ativos	14	26.833	26.833
Não Circulante			
Aplicações financeiras	6	9.911	9.911
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9	2c.7.2	226.975
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2c.1 e 7.1	110.763
Depósitos judiciais	13	143.924	143.924
Despesas antecipadas	12	13.693	13.693
Operações com derivativos	36	126.648	126.648
Outros ativos	14	7.268	7.268
Imobilizado	16	2c.2 e 3	4.799.094
Intangível	17	2c.2, 4 e 7.4	4.817.312
Diferido	2c.5	149.029	(149.029)
Total do ativo		16.239.470	16.109.896

Consolidado

	Nota	31/12/2009	01/01/2009
Balanço Patrimonial em 01/01/09			
- antes dos ajustes			
Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs			
- após os ajustes			

PASSIVO

	Nota	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Fornecedores	18	768	768
Obrigações trabalhistas	20	27	27
Impostos e contribuições indiretos a recolher	21	2c.7.3	17
Impostos e contribuições diretos a recolher	22	2c.7.3	6
Dividendos a pagar	26	193.365	193.365
Outras obrigações	23	4.121	4.121
Não Circulante			
Provisão para contingências	24	6.520	6.520
Passivo atuarial	37	4.717	4.717
Outras obrigações	23	20.447	20.447
Patrimônio líquido			
Capital social	26	7.613.610	7.613.610
Reserva de lucros	26	142.516	142.516
Prejuízos acumulados	26	(252.394)	(252.394)
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.020.430	7.925.600

d7. Reconciliação do Balanço Patrimonial Consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2009:

	Nota	31/12/2009	30/06/2010	31/03/2010
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.968	35.968	35.968
Aplicações financeiras	6	40	40	40
Dividendos a receber	2c.9	190.000	(132.602)	57.398
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9	2c.7.2	1.005	-
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	-	1.005
Outros ativos	14	135	135	135
Não Circulante				
Aplicações financeiras	6	342	342	342
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	9	2c.7.2	7.331	(7.331)
Impostos e contribuições diretos a recuperar	10	2c.7.2	-	7.331
Depósitos judiciais	13	11.630	-	11.630
Investimentos	15	2c.6	8.299.944	273.860
Intangível	17	2c.4	3.547	157.556
Total do ativo		8.549.932	8.750.663	8.845.199

Controladora

	Nota	31/12/2009	30/06/2010	31/03/2010
Balanço Patrimonial em 01/01/09				
- antes dos ajustes				
Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs				
- após os ajustes				

PASSIVO

	Nota	31/12/2009	30/06/2010	31/03/2010
Circulante				
Fornecedores	18	3.328.714	3.328.714	3.328.714
Emprestimos e financiamentos	19	1.482.705	1.482.705	1.482.705
Operações com derivativos	36	52.448	52.448	52.448
Obrigações trabalhistas	20	106.991	106.991	106.991
Impostos e contribuições indiretos a recolher	21	2c.7.3	601.779	471.958
Impostos e contribuições diretos a recolher	22	2c.7.3	-	129.821
Dividendos a pagar	26	193.365	193.365	193.365
Outras obrigações	23	5.879.641	5.879.641	5.879.641
Não Circulante				
Emprestimos e financiamentos	19	2.066.514	2.066.514	2.066.514
Operações com derivativos	36	10.814	10.814	10.814
Provisão para contingências	24	253.370	253.370	253.370
Passivo atuarial	37	6.425	6.425	6.425
Provisão para futura desmobilização de ativos	25	2c.3	211.803	(34.736)
Outras obrigações	23	20.447	20.447	20.447
Patrimônio líquido				
Capital social	26	7.613.610	7.613.610	7.613.610
Reserva de capital	26	34.330	157.556	191.886
Reserva de lucros	26	142.516	142.516	142.516
Prejuízos acumulados	26	(252.394)	(252.394)	(252.394)
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.239.470	16.109.896	16.109.896

d8. Reconciliação do Balanço Patrimonial Consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2009:

	Nota	31/12/2009	30/06/2010	31/03/2010
Balanço Patrimonial em 01/01/09				
- antes dos ajustes				
Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs				
- após os ajustes				

Controladora

	Nota	31/12/2009	30/06/2010	31/03/2010
Balanço Patrimonial em 01/01/09				
- antes dos ajustes				
Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs				
- após os ajustes				

PASSIVO

	Nota	31/12/2009	30/06/2010	31/03/2010
Circulante				
Fornecedores	18	768	768	768
Obrigações trabalhistas	20	27	27	27
Impostos e contribuições indiretos a recolher	21	2c.7.3	17	17
Impostos e contribuições diretos a recolher	22	2c.7.3	6	6
Dividendos a pagar	26	193.365	193.365	193.365
Outras obrigações	23	4.121	4.121	4.121
Não Circulante				
Provisão para contingências	24	6.520	6.520	6.520
Passivo atuarial	37	4.717	4.717	4.717
Outras obrigações	23	20.447	20.447	20.447
Patrimônio líquido				
Capital social	26	7.613.610	7.613.610	7.613.610
Reserva de capital	26	34.330	157.556	191.886
Reserva de lucros	26	142.516	142.516	142.516
Prejuízos acumulados	26	(252.394)	(252.394)	(252.394)
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.020.430	7.925.600	7.925.600

d9. Reconciliação do Balanço Patrimonial Consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2009:

	Nota	31/12/2009	30/06/2010	31/03/2010
Balanço Patrimonial em 01/01/09				
- antes dos ajustes				
Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRSs				
- após os ajustes				

Controladora



Você, sem fronteiras.

TIM Participações S.A.

CNPJ: 02.558.115/0001-21

Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de ativos incluem o valor contábil do ativo relacionado com a entidade vendida. O ativo é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devam se beneficiar da combinação de negócios da qual o ativo se originou, devidamente segregada, de acordo com o seguinte operacional.

software
Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que este esteja disponível para uso;
 - a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
 - o *software* pode ser vendido ou usado;
 - o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
 - estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o *software*; e
 - o custo atribuído ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.
- Os gastos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software* incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Subsídio na venda de aparelhos e mini modems

A Companhia oferece subsídio na venda de aparelhos e mini *modems* a clientes pós-pagos formalizados através de contratos. Estes recursos despendidos são registrados como ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38/CPC 04. O subsídio na venda de aparelhos e mini *modems* a assinantes do sistema pós-pago são diferidos e amortizados pelo prazo mínimo do contrato de serviço assinado pelos clientes (12 meses). A multa contratual para clientes que cancelarem as assinaturas ou migrarem para o sistema pré-pago antes do término dos contratos é invariavelmente superior ao subsídio concedido na venda dos aparelhos e mini *modems*.

j. Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ativo, não estão sujeitos à amortização e são testados pelo menos anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ativo, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

k. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que, saque ocorra, quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

m. Provisões

Reconhecidas no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisões. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido, sendo reconhecidas na demonstração do resultado. Não foi reconhecido imposto de renda e contribuição social no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos, usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto de renda diferido é determinado, usando alíquotas de imposto (leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido ativo for realizado ou quando o passivo de renda diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro e a base de contribuição social estejam disponíveis e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido e a contribuição social são reconhecidos nas diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda e as contribuições sociais diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda e as contribuições sociais diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda e as contribuições sociais incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

A TIM Celular, através dos Laudos Constitutivos 0144/2003 e 0232/2003, emitidos em 31 de março de 2003 pela ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste, tornou-se beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano fiscal de 2002 até 2011, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da implantação de sua capacidade instalada para prestação de serviços de telefonia móvel celular digital; e (ii) redução de 37,5%, 25% e 12,5% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, para os anos fiscais de 2003, 2004 a 2008 e 2009 a 2013, respectivamente, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da sua capacidade instalada para prestação de serviços de telefonia móvel celular analógica.

o. Provisão para contingências

É constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos internos e externos, e da administração da Companhia por montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis, sendo as perdas possíveis objeto de divulgação e as perdas remotas não são divulgadas.

p. Reconhecimento das receitas

A receita de serviços de telefonia móvel basicamente compreende assinaturas mensais, utilização dos minutos, encargos de roaming e chamadas de longa distância e são reconhecidas na medida em que seja provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e seu valor possa ser mensurado de forma confiável.

q. Receita de serviços prestados

A receita de serviços de telefonia celular é reconhecida com base em minutos de utilização processados, líquida de créditos e ajustes relativos a descontos concedidos sobre os serviços. Essas receitas somente são reconhecidas quando o resultado do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável. Os faturamentos são reconhecidos mensalmente e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês são identificadas, providas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado.

As receitas de tráfego de interconexão e roaming são registradas por seus valores brutos dos indicadores a outras operadoras de telecomunicações. As receitas de serviços do sistema pré-pago são reconhecidas quando os serviços são prestados aos clientes com base nos minutos utilizados. Os minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da utilização desses serviços pelos clientes.

r. Receitas de vendas de produtos

As receitas de vendas de produtos (telefones, mini-modens e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade são transferidos para o comprador. Uma parcela dessas vendas de aparelhos é relativa a contratos com prazo contratual mínimo de 12 meses e incluem multa de rescisão. Para estes contratos, o custo de aquisição do aparelho é capitalizado no grupo de "Ativos intangíveis".

s. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas possuem planos de benefício definido. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo relacionado no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuárias, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuárias, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

t. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos a reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "outros ganhos/perdas, líquidos".

s. Participação no resultado

A Companhia e suas controladas provisionam mensalmente a participação de empregados no resultado, em função de metas divulgadas a seus colaboradores e aprovadas pelo Conselho de Administração, estando tais valores registrados como despesa de pessoal, alocada nas contas de resultado de acordo com o centro de custo de origem do empregado.

t. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na interpretação do que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

u. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações do IFRS

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

4. Estimativas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações prudentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidas na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro e é baseado em premissas fiscais conservadoras.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de tais créditos.

(d) Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração.

(e) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais previstos pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica a alteração ao IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do mesmo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 (ou seja, adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções (ou ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Caixa e bancos	240	95	119	104.024	350.225	272.918
Aplicações financeiras:						
CDB	5.776	35.863	35.849	2.272.208	2.062.799	1.258.625
	6.016	35.958	35.968	2.376.232	2.413.024	1.531.543

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") são títulos nominativos emitidos pelos bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos e podem ser negociados a qualquer momento dentro do prazo contratado.

6. Aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
CDB	117	42	4.019	31.561	162.292	32.650
Títulos públicos federais	308	340	308	308	340	309
Fundo de investimento em cotas	-	-	-	-	80	-
	425	382	4.327	31.869	162.712	32.959
Parcela circulante	(9)	(40)	(4.016)	(18.177)	(146.145)	(23.048)
Parcela não circulante	416	342	311	13.692	16.567	9.911

A remuneração média das aplicações da Companhia é de 100,73% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem prejuízo significativo da rentabilidade reconhecida, exceto as aplicações de longo prazo que se encontram restritas para utilização em virtude de processos judiciais.

7. Contas a receber

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Serviços faturados	887.138	948.066	831.762
Serviços a faturar	624.962	560.080	560.513
Uso de rede	596.166	606.819	867.426
Venda de mercadorias	935.105	738.821	708.176
Outras contas a receber	110.895	39.513	29.581
	3.154.268	2.893.299	2.997.458
	(369.043)	(408.606)	(362.103)
	2.785.222	2.484.693	2.635.355

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Parcela circulante	(2.748.411)	(2.443.424)	(2.635.355)
Parcela não circulante	36.812	41.269	-

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Saldo inicial	408.606	362.103	455.939
Saldo de companhia adquirida	-	106.284	-
Constituição de provisão	310.497	422.163	748.833
Baixas da provisão	(350.060)	(481.944)	(842.669)
Saldo final	369.043	408.606	362.103

Os valores justos das contas a receber apresentam-se como segue:

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Serviços de telefonia	3.043.371	2.853.786	2.967.877
Outras contas a receber	110.895	39.513	29.581
	3.154.266	2.893.299	2.997.458

A idade do contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
A vencer	2.237.402	1.968.323	2.003.372
Vencidos até 30 dias	160.621	86.584	19.128
Vencidos até 60 dias	58.678	18.371	2.507
Vencidos até 90 dias	343.810	332.053	395.309
Vencidos a mais de 90 dias	353.755	487.968	577.142
	3.154.266	2.893.299	2.997.458

8. Estoques

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Aparelhos celulares	205.381	370.426	517.436
Accessórios e cartões pré-pagos	12.887	23.347	24.393
TIM "chips"	21.516	21.875	27.859
	239.784	415.648	569.688

Provisão para ajuste ao valor de realização

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
	(11.130)	(9.214)	(21.174)
	228.654	406.434	548.514

9. Impostos e contribuições indiretos a recuperar

	Controladora			Consolidado			
	2010	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
ICMS	-	679.350	642.272	470.766	-	-	-
Outros	-	2.797	2.375	-	-	-	-
	-	682.147	644.647	470.766	-	-	-
Parcela circulante	(1)	(494.036)	(464.615)	(314.627)	-	-	-
Parcela não circulante	-	188.111	180.032	156.139	-	-	-

A parcela registrada no longo prazo refere-se basicamente ao ativo imobilizado das companhias controladas.

10. Impostos e contribuições diretos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Imposto de renda e contribuição social	8.375	7.330	7.322	262.647	170.736	100.590
PIS / COFINS	-	-	-	211.255	292.876	223.886
Outros	377					



Você, sem fronteiras.

TIM Participações S.A.

CNPJ: 02.558.115/0001-21
Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em conformidade com o ICP 10, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a impedir mudanças na vida útil utilizada atualmente.

Tecnologias em operação

As companhias controladas operam sua rede de prestação de serviços nas tecnologias, GSM e 3G. Em 31 de dezembro 2010, nenhuma provisão para perda em relação à recuperação do ativo imobilizado foi considerada necessária.

17. Intangível

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como software, água e outros, são demonstrados como segue:

(a) Montagem do Intangível

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2010
Custo do Intangível Bruto				
Direito de uso de softwares	6.115.624	-	-	6.861.798
Licenças de concessão	4.266.301	-	-	4.266.301
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	1.521.244	-	290.336	1.811.580
Bens e instalações em andamento	16.508	1.089.775	(1.036.510)	69.773
Ágio	367.571	-	-	367.571
Outros ativos	33.181	-	-	33.181
Total Intangível Bruto	12.320.429	1.089.775	-	13.410.204
Amortização acumulada				
Direito de uso de softwares	(4.075.570)	(794.858)	-	(4.870.428)
Licenças de concessão	(1.943.627)	(302.517)	-	(2.246.144)
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	(1.307.664)	(441.366)	-	(1.749.030)
Outros ativos	(2.856)	(6.066)	-	(8.922)
Total Amortização Acumulada	(7.329.717)	(1.544.807)	-	(8.874.524)
Intangível Líquido				
Direito de uso de softwares	2.040.054	(794.858)	746.174	1.991.543
Licenças de concessão	2.322.674	(302.517)	-	2.020.157
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	213.580	(441.366)	290.336	62.550
Bens e instalações em andamento	16.508	1.089.775	(1.036.510)	69.773
Ágio	367.571	-	-	367.571
Outros ativos	30.325	(6.066)	-	24.254
Total Intangível Líquido	4.990.712	(455.032)	-	4.535.680

	Consolidado			
	Saldo em 01/01/2009	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2009
Custo do Intangível Bruto				
Direito de uso de softwares	4.831.979	-	752.939	5.584.918
Licenças de concessão	4.079.741	-	-	4.079.741
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	1.037.887	-	483.357	1.521.244
Bens e instalações em andamento	84.554	1.168.250	-	1.252.804
Ágio	157.556	-	-	157.556
Outros ativos	3.044	-	-	3.044
Total Intangível Bruto	10.194.757	1.168.250	-	11.363.007
Amortização acumulada				
Direito de uso de softwares	(2.744.240)	(810.984)	-	(3.555.224)
Licenças de concessão	(1.557.176)	(293.069)	-	(1.850.245)
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	(903.022)	(404.642)	-	(1.307.664)
Outros ativos	(2.744)	(112)	-	(2.856)
Total Amortização Acumulada	(5.207.182)	(1.508.812)	-	(6.715.994)
Intangível Líquido				
Direito de uso de softwares	2.087.739	(810.984)	752.939	2.029.694
Licenças de concessão	2.522.565	(293.069)	-	2.229.496
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	134.865	(404.642)	483.357	213.580
Bens e instalações em andamento	84.554	1.168.250	(1.236.296)	116.508
Ágio	157.556	-	-	157.556
Outros ativos	296	(112)	-	184
Total Intangível Líquido	4.987.575	(340.557)	-	4.647.018

	Taxa média anual %			
	2009	2010	2009	2010
Direito de uso de softwares	-	20	-	20
Licenças de concessão	5 a 20	-	-	-
Outros ativos	-	20	-	20

Os subsídios na venda de aparelhos e mini modems possuem um prazo de amortização de 12 meses.

Teste de impairment de ativos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia efetua pelo menos anualmente o teste de recuperabilidade de ativos registrados com expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos foram efetuados com base no fluxo de caixa descontado que teve como parâmetro as mercadorias contidas no Plano Industrial da Companhia de 10 anos e utilizaram taxas de crescimento compatíveis com o prêmio em que a Companhia opera e taxa de desconto de 10% a.a. Os resultados desses testes não indicaram nenhuma necessidade de provisão contábil.

18. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31.12.09	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Moeda nacional						
Fornecedores de materiais e serviços	1.296	1.418	759	2.673.885	2.593.278	2.654.599
Interconexão (a)	-	-	-	210.307	220.518	306.225
Roaming (b)	-	-	-	240	274	846
Co-billing (c)	-	-	-	91.870	118.684	177.008
	1.296	1.418	759	2.976.302	2.932.754	3.138.678
Foedre estrangeira						
Fornecedores de materiais e serviços	-	4.400	9	71.994	100.690	131.610
Roaming (b)	-	-	-	55.173	66.538	59.426
	-	4.400	9	127.167	167.228	190.036
Parcela Circulante	1.296	5.818	768	3.103.469	3.099.982	3.328.714

(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

19. Empréstimos e financiamentos

	Garantias			Consolidado		
	31.12.09	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Moeda nacional						
Banco do Nordeste: financiamento sujeito a juros pré-fixados de 10% a.a. e aplicação de bônus de adimplência de 15% e 25% sobre os encargos. Este empréstimo é objeto de operações de swap, com objetivo de proteção que transforma seu custo em % da taxa diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) de 76,90%.				24.825	40.950	56.830
Banco do Nordeste: financiamento sujeito a juros pré-fixados de 10% a.a. e aplicação de bônus de adimplência de 15% e 25% sobre os encargos. Este empréstimo é objeto de operações de swap, com objetivo de proteção que transforma seu custo em % da taxa diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), cujo vai de 75,75% até 69,80%.				36.508	54.861	71.603
Banco do Nordeste: financiamento sujeito a juros pré-fixados de 10% a.a. e aplicação de bônus de adimplência de 15% e 25% sobre os encargos.				56.917	68.063	45.287
Banco do Nordeste: financiamento sujeito a juros pré-fixados de 10% a.a. e aplicação de bônus de adimplência de 15% e 25% sobre os encargos.				583.498	802.310	1.019.898
Banco do Nordeste: financiamento sujeito a juros pré-fixados de 10% a.a. e aplicação de bônus de adimplência de 15% e 25% sobre os encargos.				70.097	-	-
Banco do Nordeste: financiamento sujeito a juros pré-fixados de 10% a.a. e aplicação de bônus de adimplência de 15% e 25% sobre os encargos.				949.902	657.727	270.496
Banco do Nordeste: financiamento sujeito a juros pré-fixados de 10% a.a. e aplicação de bônus de adimplência de 15% e 25% sobre os encargos.				407.268	407.373	-
Banco do Nordeste: financiamento sujeito a juros pré-fixados de 10% a.a. e aplicação de bônus de adimplência de 15% e 25% sobre os encargos.				204.957	203.750	205.634
Banco do Nordeste: financiamento sujeito a juros pré-fixados de 10% a.a. e aplicação de bônus de adimplência de 15% e 25% sobre os encargos.				165.901	516.157	1.214.832

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social): sobre os valores incide uma taxa média de 4,23% a.a., além da variação da TJLP (taxa de juros de longo prazo) divulgada pelo Banco Central do Brasil. Parte desse financiamento em "TJLP" foi objeto de swap para 91,43% da taxa diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social): sobre 82,8% de parte dos valores "incentivados", incide uma taxa de juros média de aproximadamente 2,34% a.a., além da TJLP (taxa de juros de longo prazo), divulgada pelo Banco Central do Brasil e sobre 17,2% dos valores "não incentivados", incide uma taxa de juros composta de IPCA mais o custo de captação BNDES.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social): sobre o valor incide uma taxa de 4,5% a.a.. Este empréstimo faz parte do programa denominado PSI (Programa de Sustentação de Investimento) TIM Celular.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social): sobre os valores incide uma taxa de juros média de 3% a.a., além da variação da TJLP (taxa de juros de longo prazo) divulgada pelo Banco Central do Brasil. Parte desse financiamento em "TJLP" foi objeto de swap para 81,80% da taxa diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social): sobre os valores incide uma taxa de juros média de 4,82% a.a., além da variação da TJLP (taxa de juros de longo prazo) divulgada pelo Banco Central do Brasil. Este empréstimo faz parte do programa denominado PEC (Programa Especial de Crédito).

Empréstimo Sindicalizado: O saldo devedor é atualizado pela variação da taxa do CDI, acrescido da sua respectiva margem aplicável em 1,80% e 2,75% do CDI a.a.

CCB: Empréstimo bancário em moeda nacional contratado junto ao Banco Santander para cobertura de capital de giro. Seu custo é de 110% da taxa diária do CDI.

Resolução 2770: Financiamento bancário com custo de 108% do CDI.

Moeda estrangeira

BEI: O saldo devedor é atualizado pela taxa LIBOR 6M + Spread. Empréstimo em moeda estrangeira sendo 100% protegida da exposição cambial através de operações de Swaps com custo médio de 95,42% do CDI.

Banco BNP Paribas: O saldo devedor é atualizado pela taxa LIBOR 6M+Spread. Este empréstimo em moeda estrangeira tem 80% do risco garantido pela seguradora "SACE S.p.A.". Esta operação está 100% protegida da exposição cambial, através de operações de SWAP's com custo médio de 95,01% do CDI.

Banco Morgan Stanley: Dívida no valor de USD 68.000.000.

Total

Parcela circulante

Parcela não circulante

Os empréstimos em moeda estrangeira contratados junto ao Banco BNP Paribas, com garantia do SNAE e as Cédulas de Crédito Bancário (CCB) contratadas junto ao Banco Santander Brasil S.A. possuem cláusulas contratuais restritivas que prevêm o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados semestralmente. A controlada TIM Celular vem atendendo a todos os índices financeiros requeridos.

Os financiamentos da TIM Celular junto ao BNDES, obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel, também possui cláusulas contratuais restritivas que prevêm o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados semestralmente. A controlada vem atendendo os índices financeiros definidos.

Em Agosto de 2010, houve a liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI) no montante de R\$32.000. Esses recursos estão sendo utilizados para a aquisição de máquinas e equipamentos em projetos de aplicação da capacidade de rede. Por se tratar de financiamento subsidiado pelo BNDES, isto é, com taxa de juros (4,5% a.a.) inferior as praticadas pelo mercado, esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais. Dessa forma, utilizando-se do método de juros efetivos definido pelo IAS39/CPC 38 Instrumentos Financeiros, Reconhecimento e Mensuração, foram feitas as seguintes considerações; foi realizado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). Com base neste comparativo, a subvenção concedida pelo BNDES ajustada a valor presente resultou em R\$22.772, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas Antecipadas Subvenções Governamentais LP", e será diferido pela vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "Outras Receitas de Subvenção".

As controladas da Companhia contrataram operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação a moedas estrangeiras e de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixados e TJLP.

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2010 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte enquadramento:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
2012	623.409	-	-	623.409	-	-
2013	365.126	-	-	365.126	-	-
2014	215.141	-	-	215.141	-	-
2015	215.141	-	-	215.141	-	-
2016 em diante	858.304	-	-	858.304	-	-
	2.277.121	-	-	2.277.121	-	-

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros passivos não foram identificadas diferenças significativas entre os valores justos e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos serem contratados substancialmente com bancos de fomento, tais como o BNDES. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, com o que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES e outros bancos de fomento. Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos que incluem características próprias, em geral aplicando taxa que seriam aplicáveis a qualquer entidade, ajustadas apenas pelo risco específico de crédito das entidades e projetos envolvidos.

20. Obrigações trabalhistas

Encargos sociais

Salários e provisões a pagar

Retenções de empregados

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

ICMS

Impostos e Taxas ANATEL

ISS

Parcela circulante

Parcela não circulante

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Imposto de renda e contribuição social

PIS / COFINS

Parcela circulante

Parcela não circulante

23. Outros passivos

Serviços a prestar pré-pagos

Grupoamento de ações (*)

Subvenções Governamentais (Nota 19)

Outras obrigações

Parcela circulante

Parcela não circulante

(*) Em 30 de maio de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia na proporção de 1.000 (mil) ações existentes para cada 1 (uma) ação da respectiva espécie. No período compreendido entre 01 de junho de 2007 a 02 de julho de 2007, os acionistas ajustaram suas posições acionárias em lotes de múltiplos de 1.000 (mil) ações, por opção, mediante negociação privada, no mercado de balcão ou na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, a seu livre e exclusivo critério.

(**) Em Agosto de 2010, houve a liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI) no montante de R\$32.000. Esta operação enquadra-se no escopo do CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais. A subvenção concedida pelo BNDES ajustada a valor presente resultou em R\$22.772, sendo diferida pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "Outras Receitas de Subvenção" (Nota 19).

24. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos administrativos e judiciais nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios, registrando provisões quando a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem prováveis chances de perdas.

A provisão para contingências constituída está composta como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Cível	-	35	422	40.531	91.801	97.988
Trabalhista	4.021	3.963	6.098	53.162	49.512	55.170
Tributária	-	-	-	145.099	158.105	76.762
Regulatória	-	-	-	10.265	24.090	23.450
	4.021	3.998	6.520	249.057	324.508	253.370

As variações na provisão para contingências encontram-se resumidas a seguir:

	Adições			Atualização monetária		
	31.12.09	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	31.12.10
Cível	91.801	43.866	(84.691)	(10.445)	20.999	40.531
Trabalhista	49.512	3.166	(2.671)	2.493	53.162	53.162



Você, sem fronteiras.

TIM Participações S.A.

CNPJ: 02.558.115/0001-21
Companhia Aberta



UMA EMPRESA
COM AÇÕES EM
PODER DO PÚBLICO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

administrativos (valor inicialmente autuado era de R\$95.449). A controlada mantém em discussão nas esferas administrativa e judicial tais autos de infração e, com base na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, a administração concluiu que os processos ainda em discussão foram avaliados com expectativa de perda possível para a controlada.

A controlada TIM Celular recebeu nos últimos anos, autos de infração lavrados por autoridades fiscais de vários estados brasileiros relativos ao recolhimento de ICMS tendo como objeto aspectos operacionais de sua atividade de prestação de serviços de telecomunicações, bem como comercialização de mercadorias. Como exemplo, alguns fundamentos ou motivos de autuação por suposta ausência de recolhimento do imposto, de acordo com as alegações da fiscalização; (b) distintos acerca da exigibilidade do diferencial entre a alíquota interna e a interestadual de ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo fixo, uso e consumo, bem como sobre a determinação da base de cálculo do referido imposto sobre operações de aquisição de mercadorias destinadas à comercialização; (ii) escrituração de registros tributários (segundo o entendimento do fisco) como não tributados por parte da controlada no Livro de Registro de Saldos; (iii) suposto recolhimento a menor por utilização de alíquota errada e lançamento de envio de telecomunicações como não tributados; (iv) suposta falta de recolhimento em razão de diferenças entre o valor efetivamente recolhido e o declarado; e (v) recolhimento do imposto fora do prazo estabelecido pela legislação estadual, dentre outros. Referidos autos de infração estão sendo defendidos tempestivamente na esfera administrativa e judicial. O montante total envolvido nos casos em discussão, com valor acima de R\$5.000, é de R\$105.661.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração de ICMS lavrados pelas autoridades fiscais dos estados do Rio de Janeiro e Bahia tendo como alegação a suposta ausência de recolhimento do imposto, bem como da alíquota adicional referente ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais supostamente incidentes sobre: (i) prestação de serviços de *roaming* internacional; e (ii) prestação de serviços na modalidade pré-paga. Referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa e totalizam o valor de R\$20.446.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos estados da Paraíba, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, São Paulo e Goiás nos respectivos valores de R\$ 0.247, R\$30.274, R\$0.476, R\$19.930, R\$ 46.923 e R\$ 7.410, referentes à falta de estorno proporcional dos créditos de ICMS relativos a saldos isentos e não tributados. Referidas autuações estão sendo impugnadas pela controlada na esfera administrativa e totalizam o valor de R\$72.199. A controlada TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos estados de São Paulo e Minas Gerais nos valores de R\$286.010 e R\$17.167, respectivamente, tendo como objeto a suposta não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos condicionais oferecidos a clientes. A controlada pretende defender-se contra tal cobrança até instância superior do Poder Judiciário.

Nos anos de 2008, 2009 e 2010, a controlada TIM Celular recebeu autos de infração com o valor total de R\$122.208 lavrados pelas autoridades fiscais dos estados do Ceará, São Paulo, Pernambuco, Paraná e Minas Gerais, tendo como objeto débito decorrente de aproveitamento de crédito de ICMS na aquisição de energia elétrica. Referidas autuações estão sendo defendidas pela controlada na esfera administrativa.

Em 19 de novembro de 2002, a controlada Intelig recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado e Fazenda de Minas Gerais no montante de R\$8.564, referente à suposta utilização indevida de crédito do ICMS na aquisição de bens integrantes do ativo fixo e de material destinado ao uso e consumo da empresa. O referido auto de infração está sendo defendido na esfera judicial.

Em novembro de 2005, a controlada Intelig recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado e Fazenda do Mato Grosso no valor de R\$11.723, referente à suposta utilização indevida de crédito do ICMS na aquisição de bens integrantes do ativo fixo sem o suporte da respectiva Nota Fiscal e do diferencial de alíquota do ICMS. O referido auto de infração está sendo defendido na esfera judicial.

Em dezembro de 2007 e dezembro de 2008, a controlada Intelig recebeu autos de infração lavrados pela Secretaria de Estado e Fazenda de São Paulo nos montantes de R\$ 5.204 e R\$11.385, respectivamente, referentes ao suposto aproveitamento indevido de crédito do ICMS nos anos de 2002 e 2003, através de estorno de débito no cancelamento de serviços de telecomunicações efetivamente não prestados. O auto de infração relativo ao período de 2002 terminou na esfera administrativa sem êxito, tendo sido iniciada a discussão judicial do débito. O auto de infração correspondente ao ano de 2003 ainda permanece em discussão em esfera administrativa.

A TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos estados de Paraná e Paraíba, nos valores respectivamente de R\$ R\$27.188 e R\$ 29.266 que tratam de supostas falhas de recolhimento de ICMS incidentes sobre a prestação de serviço de telecomunicação (modelo pré-pago) - operações de saídas de cartões telefônicos. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

Em abril de 2010 a TIM Celular recebeu 03 autos de infração lavrados pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará no montante de R\$17.558 que tratam da suposta: (i) falta de recolhimento de ICMS ST pela empresa ter deixado de transferir para imobilizado as mercadorias adquiridas para o estoque, tendo em vista o preço inferior ao custo de comodatado e (ii) falta de recolhimento de ICMS decorrente de emissão de documento fiscal com opção de operação de aquisição. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

No novembro de 2010 a TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo no montante de R\$ 18.444 que tratam de suposto crédito indevido de ICMS relativo a serviços de telecomunicação não prestados em decorrência de fraude por subscrição e suposto crédito em duplicidade de ICMS referente ao período de 2005. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

Em novembro de 2010 a TIM Celular recebeu 03 autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul no montante total de R\$ 67.958 que tratam de estorno de crédito de ICMS relativo a aquisições de ativos permanentes supostamente sem comprovação da procedência de tais lançamentos do livro CAI - Controle de Ativos Permanentes no Ativo Permanente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

ISS
Em 20 de dezembro de 2007, a controlada TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pelo município do Rio de Janeiro no valor total de R\$34.359, que trata de suposto não recolhimento de ISS relativo aos seguintes serviços: programação técnica, serviço administrativo de cancelamento de plano, auxílio à lista telefônica, fornecimento de dados e informações e compartilhamento de infraestrutura de rede. A referida autuação está sendo impugnada pela controlada na esfera administrativa.

FUST - Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações

Foi emitida pela ANATEL, em 15 de dezembro de 2005, a Súmula nº 07, visando entre outros à cobrança da contribuição para o FUST sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº 9.998/00. O entendimento da controlada continua sendo de que as receitas acima mencionadas não estão sujeitas à incidência do FUST, tendo em vista a legislação aplicável (inclusive o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.998/00), sendo que a administração vem adotando as medidas cabíveis para resguardar os interesses da controlada. Foi impetrado mandado de segurança para resguardar os interesses da controlada sobre o não recolhimento de FUST sobre receitas de interconexão. A pretensão da ANATEL de cobrança de FUST sobre tais receitas encontra-se suspensa, em razão de sentença judicial favorável à controlada. O mandado de segurança está pendente de julgamento em segunda instância judicial.

Desde outubro de 2006, a ANATEL vem lavrando autos de infração contra a controlada TIM Celular, que se referem a valores de FUST sobre receitas de interconexão supostamente devidas entre os anos de 2001 e 2005, bem como multa moratória em razão da Súmula nº 07/05. Tais autos de infração desse período somam o valor de R\$194.726.

A controlada Intelig recebeu diversos autos de infração lavrados pela ANATEL totalizando o montante de R\$45.645, que se referem a valores de FUST sobre receitas de interconexão supostamente devidas nos períodos de janeiro a dezembro de 2001, 2002 e 2003, respectivamente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

FUNTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

O Ministério das Comunicações lavrou autos de infração contra a controlada TIM Celular no montante total de R\$166.943, que se referem a valores de FUST sobre receitas de interconexão supostamente relativas aos anos de 2001 a 2005, bem como multa moratória. O entendimento da controlada continua sendo de que as receitas acima mencionadas não estão sujeitas à incidência do FUNTEL. Foi impetrado mandado de segurança para resguardar os interesses da Companhia sobre o não recolhimento de FUNTEL sobre receitas de interconexão, com base nos mesmos argumentos defendidos na ação do FUST. A pretensão de cobrança de FUNTEL sobre receitas de interconexão encontra-se suspensa em razão de sentença judicial obtida no mandado de segurança favorável à controlada.

A controlada Intelig recebeu autos de infração lavrados pelo Ministério das Comunicações no montante de R\$14.587, que se referem a valores de FUST sobre receitas de interconexão supostamente devidas por parte dos períodos de janeiro a dezembro de 2002, março a dezembro de 2003, abril a dezembro de 2004 e janeiro a novembro de 2005 respectivamente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

Regulatórias

A TIM Celular é detentora de autorizações para prestação, em todos os estados brasileiros, do SMP por prazo indeterminado e de correlatas autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, tendo obtido as prorrogações dessas autorizações de uso das radiofrequências por meio de Termos de Autorização pela ANATEL, pelo prazo de 15 (quinze) anos a contar do vencimento do primitivo prazo de vigência dessas autorizações.

A ANATEL por meio de Despachos emitidos em julho/10, oficializou o efeito suspensivo associado à cobrança de 2% da receita de interconexão relativo ao pagamento das renovações das RF's. Não existe impacto junto ao provisionamento da Companhia, visto que em nenhum momento a empresa entendeu que existia a obrigação regulatória associada a este pagamento.

Em face dessas prorrogações de autorizações de uso das radiofrequências associadas à prestação do SMP objeto dos referidos Termos de Autorização, expedidos em consequência dos respectivos atos, a Companhia recebeu da ANATEL exigências, individuais no entender da Companhia, de recolhimento de nova Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) com relação a todas as suas estações móveis em operação na área de prestação do serviço, embora tais estações já se encontrem licenciadas nos montantes conforme quadro abaixo:

Estado (exceto os municípios de Londrina e Tamarana)	Termo de autorização	Data de expiração	Ato	Montante
Santa Catarina	007/2008/PVCP/SPV	03/09/2022	57.551 de 13/04/2008	R\$80.066
Município e região de Pelotas	004/2008/PVCP/SPV	30/09/2023	5.520 de 18/09/2008	R\$54.026
no Rio Grande do Sul	001/2009/PVCP/SPV	14/04/2024	1.848 de 13/04/2009	R\$ 333
Ceará	089/2008/PVCP/SPV	28/11/2023	7.385 de 27/11/2008	R\$41.728
Alagoas	045/2008/PVCP/SPV	15/12/2023	7.383 de 27/11/2008	R\$20.038
Rio Grande do Norte	050/2008/PVCP/SPV	31/12/2023	7.390 de 27/11/2008	R\$15.021
Paraná	047/2008/PVCP/SPV	31/12/2023	7.386 de 27/11/2008	R\$19.844
Pernambuco	046/2008/PVCP/SPV	27/03/2024	7.389 de 27/11/2008	R\$14.497
Pernambuco	089/2008/PVCP/SPV	15/05/2024	7.388 de 27/11/2008	R\$54.000

A exigência de novo recolhimento de TFI resulta do entendimento da ANATEL de que seria aplicável o art. 9º, III, do Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações FISTEL, aprovado pela Resolução nº 255, que prevê a incidência de TFI sobre a estação na ocorrência da renovação da validade de licença que acarrete na expedição de nova licença. Contudo, esta não parece ser, no entendimento da Companhia, a correta aplicação das disposições da legislação. Em questão, esta não parece ser a referida cobrança foi objeto de tempestiva impugnação administrativa com a suspensão da exigibilidade da cobrança até o julgamento definitivo da impugnação pela ANATEL.

De acordo com os Termos de Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal (SMP), as companhias controladas se comprometeram e cumpriram, em etapas, a implantação de cobertura do SMP com relação às suas respectivas regiões, no âmbito das áreas adjudicadas. Também conforme os referidos Termos de Autorização, as controladas estão obrigadas a operar dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela ANATEL e aderente às obrigações previstas pela regulamentação. Caso ocorra o inadimplemento das obrigações previstas nos Termos de Autorização, as controladas estão sujeitas à abertura de PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações) e eventuais sanções subsequentes.

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade e (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e da regulamentação. As companhias controladas submetem à ANATEL Defesas Administrativas, Recursos Administrativos e Pedidos de Reconsideração, esclarecendo que a não-conformidade se deu em virtude de diversos fatores, muitos deles alheios à vontade e não relacionados às ações e atividades desempenhadas pelas empresas. A provisão para contingências regulatórias reconhecida no balanço patrimonial retrata o valor das perdas esperadas, quais sejam as classificadas como prováveis, conforme expectativa da administração.

25. Provisão para futura desmobilização de ativos

As movimentações nas obrigações decorrentes de futura desmobilização de ativos encontram-se resumidas a seguir:

	Consolidado	31.12.10	31.12.09
Saldo inicial	239.635	177.067	-
Adições ao longo do período, líquidas de baixas	17.159	52.762	-
Atualização monetária no período	(1.057)	9.806	-
Saldo final	255.737	239.635	-

A provisão é realizada com base nos custos de modo a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados descontada a valor presente estimado a refletir a melhor expectativa corrente.

26. Patrimônio líquido

a. Capital social
A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões) de ações ordinárias ou preferenciais.

Em 02 de abril de 2009, em Assembleia de Acionistas, foi aprovado aumento de capital de R\$18.761, mediante a emissão de 1.573.828 ações ordinárias e 3.046.671 ações preferenciais, sem valor nominal, em nome da TIM Brasil. Esse aumento de capital foi efetuado utilizando-se a reserva especial de ágio. Aos acionistas minoritários, foi assegurado o direito de capitalização, considerando-se as mesmas condições aplicadas ao acionista majoritário, com o objetivo de manterem sua participação minoritária. O preço de subscrição por ações foi de R\$6,12 para as ações ordinárias e R\$3,00 para as ações preferenciais.

Em 30 de dezembro de 2009, em Assembleia de Acionistas, em decorrência do processo de incorporação da HOLDCO (nota 2), foi aprovado aumento de capital de R\$15.725, mediante a emissão de 43.356.672 ações ordinárias e 83.931.352 ações preferenciais, sem valor nominal, as quais foram emitidas pela Companhia e subscritas em nome da JNCO. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	2010	2009
Quantidade de ações ordinárias	843.281.477	843.281.477
Quantidade de ações preferenciais	1.632.453.583	1.632.453.583
	2.475.735.060	2.475.735.060

b. Reserva de capital

Reserva especial de ágio
Esta reserva foi originada do processo de reestruturação societária ocorrido em 2000. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício fiscal auferido poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O respectivo aumento de capital ficará sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção de suas respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, sendo que as importâncias pagas no exercício desse direito serão entregues diretamente ao acionista controlador, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº 319/99.

c. Reservas de lucro

Reserva legal
Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a Reserva Legal quando esta, somada às Reservas de Capital, exceder 30% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

Reserva para expansão
A formação da Reserva para Expansão tem previsão no parágrafo 2º do Art. 46 do Estatuto Social e no Art. 194 da Lei nº 6.404/76 e tem como finalidade a realização de projetos de investimentos e expansão da planta, sendo suportada por orçamento de capital.

d. Dividendos
Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações. Segundo seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas asseguradas as seguintes preferências ou vantagens: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio e (ii) pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações de emissão da Companhia.

Em atendimento à Lei nº 10.303/01, o Estatuto Social da Companhia sofreu alterações, incluindo o parágrafo 1º do Art. 10, que assegura aos titulares de ações preferenciais, ano a ano, o direito de receber dividendo por ação correspondente a 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, segundo o último balanço aprovado, sempre que o dividendo estabelecido segundo este critério for superior ao dividendo calculado segundo o critério descrito no parágrafo acima. Em 2010 as ações preferenciais passaram a deter direito de voto pleno por não terem sido pagos os dividendos mínimos das ações preferenciais por três anos consecutivos, de acordo com o Art. 111, em seu parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos foram calculados como segue:

	2010	2009
Capital social ações ordinárias	2.775.734	2.775.734
Capital social ações preferenciais	5.373.362	5.373.362
Capital social	8.149.096	8.149.096
Dividendos: 6% para as ações preferenciais de acordo com o estatuto	322.402	322.402
Patrimônio líquido - ações ordinárias	2.834.871	2.653.574
Patrimônio líquido - ações preferenciais	5.487.843	5.136.881
Total patrimônio líquido (último exercício social aprovado)	8.322.714	7.790.455
Dividendos: 3% para as ações preferenciais de acordo com a Lei nº 10.303/01	164.635	154.106
Lucro líquido do exercício	2.216.909	214.893
(-) Compensação de prejuízo	(125.914)	-
Lucro após compensação de prejuízo	2.090.995	214.893
(-) Constituição da reserva legal	(104.550)	(10.744)
Lucro líquido ajustado	1.986.445	204.149
Dividendos a distribuir		
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	496.611	51.037
(+) Dividendos complementares à distribuição do resultado	-	153.112
(-) Dividendos referentes à distribuição do resultado	496.611	204.149
Dividendos a distribuir acionistas ordinários	169.155	-
Dividendos a distribuir acionistas preferenciais	327.456	204.149
Dividendos por ação (valores expressos em reais)	0,2006	-
Ações preferenciais	0,2006	0,1251

27. Receita operacional líquida

	Consolidado	2010	2009
Receita de serviços de telecomunicações – Móvel	9.911.976	8.068.181	4.042.512
Receita de serviços de telecomunicações – Fixa	3.673.385	1.943.121	1.943.121
Uso de rede	2.374.341	1.943.121	1.943.121
Logna distância	2.241.530	1.907.188	1.907.188
Outros	272.927	306.011	306.011
Receita de serviços de telecomunicações – Fixa	17.480.139	16.267.113	16.267.113
Receita de serviços de telecomunicações – Móvel e Fixa	1.281.246	89.860	89.860
Receita de serviços de telecomunicações – Móvel e Fixa	18.761.385	16.356.973	16.356.973
Venda de mercadorias	1.557.910	1.717.663	1.717.663
Receita operacional bruta	20.319.295	18.074.636	18.074.636
Deduções da receita bruta	(4.475.829)	(3.916.506)	(3.916.506)
Impostos incidentes	(1.264.090)	(850.060)	(850.060)
Descontos concedidos	(121.926)	(149.590)	(149.590)
Devoluções e outros	(5.861.945)	(4.916.502)	(4.916.502)
Total da receita líquida	14.457.450	13.158.134	13.158.134

28. Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas

	Consolidado	2010	2009
Pessoal	(58.450)	(60.846)	(60.846)
Serviços de terceiros	(337.021)	(315.550)	(315.550)
Interconexão / Interligação	(3.602.984)	(3.351.845)	(3.351.845)
Depreciação e amortização	(1.994.180)	(1.816.000)	(1.816.000)
Taxas ANATEL	(27.209)	(19.627)	(19.627)
Aluguéis e seguros	(242.850)	(165.966)	(165.966)
Outros	(16.978)	(17.351)	(17.351)
Custo dos serviços prestados	(6.279.676)	(5.747.185)	(5.747.185)
Custo das mercadorias vendidas	(1.026.091)	(925.184)	(925.184)
	(7.305.767)	(6.672.369)	(6.672.369)

29. Despesas de comercialização

	Consolidado	2010	2009
Pessoal	(398.773)	(366.659)	(366.659)
Serviços de terceiros	(2.048.978)	(2.117.712)	(2.117.712)
Publicidade e propaganda	(537.221)	(511.553)	(511.553)
Perda e provisão para créditos de liquidação duvidosa	(310.497)	(422.163)	(422.163)
Fundo de fiscalização das telecomunicações (FISTEL)	(817.891)	(614.281)	(614.281)
Depreciação e amortização	(31.173)	(330.908)	(330.908)
Aluguéis e seguros	(37.274)	(38.180)	(38.180)
Outras	(41.801)	(39.861)	(39.861)
	(4.494.608)	(4.436.751)	(4.436.751)

30. Despesas gerais e administrativas

	Controladora	2010	2009	Consolidado	2010	2009
Pessoal	(2.381)	(100)	(1.388.499)	(135.726)	(135.726)	
Serviços de terceiros	(3.230)	(13.031)	(1.138.499)	(411.664)	(363.108)	
Depreciação e amortização	(123)	(116)	(385.586)	(673.989)	(673.989)	
Aluguéis e seguros	(584)	(108)	(20.527)	(36.787)	(36.787)	
Outras	(6.318)	(13.355)	(1.008.694)	(1.033.438)	(1.033.438)	

31. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora	2010	2009	Consolidado	2010	2009
Receitas	-	-	31.137	35.755	35.755	
Multas sobre serviços de telecomunicações	-	-	272	3.294	3.294	
Outras receitas operacionais	-</					



Você, sem fronteiras.

TIM Participações S.A.

CNPJ: 02.558.115/0001-21
Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Celular junto ao Itaú Vida e Previdência S.A. Foram elegíveis ao Plano de Previdência Complementar todos os funcionários que ainda não possuíam benefício previdenciário patrocinado pela Companhia e suas controladas.

Termo de Relação Contratual Atípico

A Companhia é patrocinadora, por sucessão do processo de cisão parcial da Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, de planos de patrocínio de aposentadoria instituídos em 1970 por Termo de Acordo Coletivo e ratificados pelo Termo de Relação Contratual Atípico, firmado entre a Companhia e os sindicatos representantes das categorias profissionais ainda existentes. O acordo cobre 86 empregados contratados antes de 31 de dezembro de 1982, concedendo uma pensão complementar. Esse direito é concedido somente se os referidos empregados se aposentarem após terem cumprido o tempo mínimo para aposentadoria (30 anos para os homens e 25 anos para as mulheres). Em função da cisão da Telebrás em junho de 1998, a Companhia optou pela extinção desse plano de complementação de aposentadoria. Como resultado do término deste plano, a Companhia permitiu que os participantes do plano recebessem um pagamento em dinheiro dos benefícios acumulados ou transferissem seus benefícios acumulados para o plano PBT-SISTEL. A maioria dos empregados participantes do plano optou pelo pagamento em dinheiro ou pelo ingresso no plano PBT-SISTEL. O restante provisionado será utilizado para cobrir os benefícios daqueles empregados que ainda não fizeram sua opção (4 empregados em 31 de dezembro de 2010 e 2009).

SISTEL e TIMPREV

A Companhia, a TIM Nordeste incorporada pela TIM Celular e a TIM Celular vêm patrocinando plano de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL, como consequência dos dois sistemas legais relacionados ao processo de privatização destas empresas em julho de 1998.

Considerando que em 1999 e 2000 os patrocinadores dos planos administrados pela SISTEL já haviam negociado condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos na data de 31 de janeiro de 2000, a Companhia e suas controladas, ao longo de 2002 e a exemplo de outras empresas oriundas do antigo Sistema TELEBRÁS, iniciaram gestões para a formação de um Plano de Contribuição Definida que atendesse aos mais modernos padrões de seguridade social praticados na iniciativa privada e que permitisse ao grupo de empregados vinculados ao SISTEL a possibilidade de migração. Em 13 de novembro de 2002 a Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício 1917 CGAJ/SPC aprovou o regulamento do novo plano previdenciário, doravante denominado Regulamento do Plano de Contribuição Definida, na modalidade de contribuição definida, dispondo novas condições de concessão e de manutenção de benefícios, bem como os direitos e obrigações da Entidade Administradora do Plano, das Patrocinadoras, dos Participantes e de seus respectivos beneficiários.

Na nova modalidade, a contribuição normal da patrocinadora corresponderá a 100% do valor da contribuição básica do participante, enquanto que a entidade administradora do TIMPREV assegurará, nos termos e condições do regulamento aprovado, os benefícios abaixo elencados, não se obrigando a conceder qualquer outro, mesmo que a Previdência Social os conceda aos seus beneficiários:

- Aposentadoria Normal
- Aposentadoria Antecipada
- Aposentadoria por Invalidez
- Benefício Proporcional Diferido
- Pensão por Morte

Como não houve uma migração integral dos funcionários da Companhia e suas controladas para o plano TIMPREV, os planos de pensão e os planos médicos oriundos do sistema TELEBRÁS continuam existindo e estão resumidamente explicados abaixo:

PBS: plano de benefícios da SISTEL, o qual tem característica de benefício definido e inclui os empregados ativos que fazem parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS Assistidos: plano de pensão para empregados inativos, sendo tal plano de benefícios multi-patrocinado; e

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas, para os aposentados das predecessoras das companhias controladas;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica ao complementado, para os aposentados das predecessoras das companhias controladas;

PBT: plano de benefício definido para os aposentados das predecessoras das companhias controladas;

PAMA: plano de assistência médica para os empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

De acordo com as regras estabelecidas pela NPC-26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação CVM nº 371, os planos que apresentam um superávit não são registrados pela Companhia, em virtude da impossibilidade de reembolso do mesmo, além de que as contribuições não serão reduzidas para o patrocinador no futuro.

Em 29 de janeiro de 2007 e 09 de abril de 2007 o Ministério da Previdência Social, através da SPC - Secretaria da Previdência Complementar, aprovou a transferência de gerenciamento dos planos de benefícios PBS-Te Celular Sul, TIM Prev Sul, PBT-TIM, Convênio de Administração, PBS-Terrenos do Celular e TIM Prev Nordeste, conforme Ofícios SPC/DETEC/CGAT, respectivamente números, 169, 167, 168, 912, 171 e 170, da SISTEL, para o HSBC - Fundo de Pensão. No que tange aos demais planos PAMA e PBS - Assistidos, os mesmos continuam sendo gerenciados pela SISTEL, exceto o Plano PAMEC que foi extinto, permanecendo a empresa como responsável pela cobertura do referido benefício, que passa a ser denominado PAMEC/Apólice de Ativos.

Considerando a aprovação da proposta de Conselho de Administração em janeiro de 2006, e as aprovações do Ministério da Previdência Social, a transferência dos Fundos mencionados da SISTEL, para de HSBC - Fundo de Pensão foram efetivadas em abril de 2007.

Em 30 de junho de 2009 a Secretaria da Previdência Complementar, através do Ofício 1664 CGAJ/SPC, aprovou alteração no regulamento do plano previdenciário TIMPREV, abrindo a possibilidade de migração de participantes dos planos da modalidade de benefício definido para o plano TIMPREV, de contribuição definida. O prazo permitido para realização das migrações durou 180 dias, a partir da aprovação da alteração no regulamento, sendo a operação condicionada à aceitação do participante. Na ocasião os dois únicos participantes do plano PBT, que são assistidos, optaram por realizar a migração para o plano TIMPREV.

Considerando a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC, para os planos patrocinados anteriormente à constituição do TIMPREV, para os quais ainda existem participantes ativos:

Controladora

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos			Total	
	PBS (*)	PAMA	TRCA	2010	2009
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(8.881)	1.309	4.362	12.552	14.749
Valor presente das obrigações atuariais	(14.332)	(415)	-	(14.747)	(20.808)
Valor justo dos ativos do plano					
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(7.451)	894	4.362	(2.195)	(6.059)
Passivo (ativo) atuarial líquido	(7.451)	894	4.362	(2.195)	(6.059)

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pela patrocinadora, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos		
	PBS	PAMA	TRCA
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/09	(10.841)	715	4.067
Despesa (receita) reconhecida no resultado do ano anterior	(961)	86	415
Contribuições da patrocinadora	-	(2)	(312)
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidos	4.351	95	192
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/10	(7.451)	894	4.362

c) Demonstrativo de cálculo das perdas (ganhos)

	Planos		
	PBS	PAMA	TRCA
(Ganho) perda nas obrigações atuariais	(3.253)	95	192
(Ganho) perda nos ativos do plano	7.604	-	-
(Ganho) perda em 31/12/09	4.351	95	192

d) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos		
	PBS	PAMA	TRCA
Valor das obrigações em 31/12/09	9.542	1.123	4.067
Valor justo obrigação atuarial	1.015	123	415
Benefícios pagos no ano	(423)	90	(313)
(Ganhos)/Perdas nas obrigações	(3.253)	96	193
Valor das obrigações em 31/12/10	6.881	1.309	4.362

e) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos		
	PBS	PAMA	TRCA
Valor justo dos ativos em 31/12/09	20.383	425	-
Benefícios pagos no ano	(2.423)	(50)	-
Contribuições da patrocinadora	-	1	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	(5.628)	39	-
Valor justo dos ativos em 31/12/10	14.332	415	-

f) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos		
	PBS	PAMA	TRCA
Juros sobre as obrigações atuariais	646	137	448
Rendimento esperado dos ativos	(1.580)	(41)	-
Total das despesas) receita líquida a ser reconhecida	(934)	96	448

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos			PAMEC/Apólice de Ativos		Total	
	PBS	Assistidos	Administração	PAMA	TRCA	2010	2009
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(*)	(*)	(*)				
Valor presente das obrigações atuariais	22.349	5.749	124	318	6.576	4.362	39.478
Valor justo dos ativos do plano	(40.329)	(9.601)	(293)	-	(2.090)	-	(52.313)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486	4.362	(12.835)
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486	4.362	(12.835)

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos			PAMEC/Apólice de Ativos	
	PBS	Assistidos	Administração	PAMA	TRCA
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(*)	(*)	(*)		
Valor presente das obrigações atuariais	22.349	5.749	124	318	6.576
Valor justo dos ativos do plano	(40.329)	(9.601)	(293)	-	(2.090)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos			PAMEC/Apólice de Ativos	
	PBS	Assistidos	Administração	PAMA	TRCA
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(*)	(*)	(*)		
Valor presente das obrigações atuariais	22.349	5.749	124	318	6.576
Valor justo dos ativos do plano	(40.329)	(9.601)	(293)	-	(2.090)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos			PAMEC/Apólice de Ativos	
	PBS	Assistidos	Administração	PAMA	TRCA
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(*)	(*)	(*)		
Valor presente das obrigações atuariais	22.349	5.749	124	318	6.576
Valor justo dos ativos do plano	(40.329)	(9.601)	(293)	-	(2.090)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos			PAMEC/Apólice de Ativos	
	PBS	Assistidos	Administração	PAMA	TRCA
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(*)	(*)	(*)		
Valor presente das obrigações atuariais	22.349	5.749	124	318	6.576
Valor justo dos ativos do plano	(40.329)	(9.601)	(293)	-	(2.090)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos			PAMEC/Apólice de Ativos	
	PBS	Assistidos	Administração	PAMA	TRCA
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(*)	(*)	(*)		
Valor presente das obrigações atuariais	22.349	5.749	124	318	6.576
Valor justo dos ativos do plano	(40.329)	(9.601)	(293)	-	(2.090)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos			PAMEC/Apólice de Ativos	
	PBS	Assistidos	Administração	PAMA	TRCA
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(*)	(*)	(*)		
Valor presente das obrigações atuariais	22.349	5.749	124	318	6.576
Valor justo dos ativos do plano	(40.329)	(9.601)	(293)	-	(2.090)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos			PAMEC/Apólice de Ativos	
	PBS	Assistidos	Administração	PAMA	TRCA
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(*)	(*)	(*)		
Valor presente das obrigações atuariais	22.349	5.749	124	318	6.576
Valor justo dos ativos do plano	(40.329)	(9.601)	(293)	-	(2.090)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos			PAMEC/Apólice de Ativos	
	PBS	Assistidos	Administração	PAMA	TRCA
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(*)	(*)	(*)		
Valor presente das obrigações atuariais	22.349	5.749	124	318	6.576
Valor justo dos ativos do plano	(40.329)	(9.601)	(293)	-	(2.090)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos			PAMEC/Apólice de Ativos	
	PBS	Assistidos	Administração	PAMA	TRCA
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(*)	(*)	(*)		
Valor presente das obrigações atuariais	22.349	5.749	124	318	6.576
Valor justo dos ativos do plano	(40.329)	(9.601)	(293)	-	(2.090)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos			PAMEC/Apólice de Ativos	
	PBS	Assistidos	Administração	PAMA	TRCA
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/10	(*)	(*)	(*)		
Valor presente das obrigações atuariais	22.349	5.749	124	318	6.576
Valor justo dos ativos do plano	(40.329)	(9.601)	(293)	-	(2.090)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.980)	(3.852)	(169)	318	4.486

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso



Você, sem fronteiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, a administração da TIM Celular S.A. apresenta, a seguir, as demonstrações financeiras da Companhia, com o parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009. A Companhia encerrou o exercício de 2010 com lucro de R\$ 2.243.627 e patrimônio líquido de R\$ 9.435.865. Os membros da administração agradecem pelo apoio e pela confiança que lhes foi depositada e colocam-se à inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito dos documentos acima mencionados. São Paulo, 21 de fevereiro de 2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)

	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	Em 1º de janeiro de 2009		Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	Em 1º de janeiro de 2009
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.354.096	2.244.248	793.252	Fornecedores e financiamentos (Nota 18)	2.967.935	2.954.872	3.257.987
Aplicações financeiras (Nota 7)	18.169	146.104	-	Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	957.549	1.298.961	1.450.865
Aplicações financeiras (Nota 8)	2.463.386	2.335.231	2.671.324	Operações com derivativos (Nota 38)	2.071	48.122	52.448
Estoques (Nota 9)	228.554	406.434	388.670	Obrigações trabalhistas (Nota 20)	113.438	95.881	89.539
Dividendos a receber	-	-	143.765	Impostos, taxas e contribuições indiretos (Nota 21)	509.218	534.228	383.052
Impostos a recuperar (Nota 10)	480.383	455.379	184.714	Impostos, taxas e contribuições diretos (Nota 22)	256.316	158.992	43.680
Impostos diretos a recuperar (Nota 11)	357.101	436.751	137.044	Dividendos a pagar (Nota 26)	509.235	57.398	46.460
Despesas antecipadas (Nota 13)	9.152	23.911	15.926	Outros passivos (Nota 23)	169.775	111.263	81.829
Operações com derivativos (Nota 38)	6.422	49.237	259.182		5.384.537	5.259.717	5.405.669
Outros ativos (Nota 15)	358.137	207.229	110.048	Não Circulante			
	6.359.500	6.308.524	4.703.925	Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	2.277.121	2.742.595	1.884.561
				Operações com derivativos (Nota 35)	164.482	113.200	10.804
Não Circulante				Impostos, taxas e contribuições indiretos (Nota 21)	56.087	-	-
Contas a receber (Nota 8)	13.238	16.133	7.583	Impostos, taxas e contribuições diretos (Nota 22)	138.981	23.984	23.984
Contas a receber (Nota 9)	36.821	41.269	-	Provisão para contingências (Nota 24)	123.557	180.402	106.821
Impostos a recuperar (Nota 10)	175.071	169.131	112.653	Passivo atuarial (Nota 36)	3.909	2.745	785
Impostos diretos a recuperar (Nota 11)	130.994	34.375	29.336	Provisão para futura desmobilização de ativos (Nota 25)	255.377	239.635	130.070
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	1.732.732	297.487	-	Outros passivos (Nota 21)	22.772	-	-
Depósitos judiciais (Nota 14)	337.927	182.437	52.390		3.042.646	3.302.561	2.133.041
Despesas antecipadas (Nota 13)	14.620	9.847	10.659	Patrimônio líquido (Nota 26)			
Operações com derivativos (Nota 38)	16.746	29.027	120.191	Capital social	7.731.647	7.731.647	7.731.647
Outros ativos (Nota 15)	8.024	7.905	710	Reserva de capital	15.881	15.881	15.881
Investimentos	5.002.626	4.812.927	2.627.588	Reservas de lucros	1.688.337	86.547	41.340
Intangível (Nota 17)	4.034.758	4.487.291	4.040.658	Prejuízos acumulados	-	-	(117.805)
	11.503.548	10.087.829	10.508.039		9.435.865	7.834.075	6.711.063
	17.863.048	16.396.353	15.209.964	Total do passivo e patrimônio líquido	17.863.048	16.396.353	15.209.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	2010	2009
Receita operacional líquida (Nota 27)	13.742.609	14.409.155
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas (Nota 28)	(6.814.114)	(7.923.311)
Lucro bruto	6.928.495	6.485.764
Receitas (despesas) operacionais:		
Comercialização (Nota 29)	(4.326.204)	(4.436.751)
Gerais e administrativas (Nota 30)	(495.243)	(1.020.084)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 31)	(449.853)	(462.435)
	5.707.300	(5.919.270)
Lucro operacional	1.221.195	566.494
Receitas (despesas) financeiras:		
Despesas financeiras (Nota 32)	242.712	132.486
Receitas financeiras (Nota 33)	(368.580)	(329.018)
Variações cambiais, líquidas (Nota 34)	(96.293)	(53.238)
	(222.161)	(249.770)
Lucro líquido do exercício	999.034	316.724
Imposto de renda e contribuição social (Nota 35)	1.244.593	34.728
Lucro líquido do exercício	2.243.627	351.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	2.243.627	351.452
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.243.627	351.452
Atribuível a:		
Acionista da Companhia	2.243.627	351.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	2010	2009
Atividades operacionais		
Lucro antes do IFR e CSL	999.034	316.724
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.902.138	2.913.966
Provisão para IFR e CSL	(190.652)	(173.195)
Passivo atuarial	1.164	1.037
Valor residual de ativo permanente baixado	27.212	40.603
Obrigações decorrentes	(54.365)	(62.080)
Descontinuidade de ativos - ARO	15.045	153.577
Provisão para contingências	(15.456)	(53.080)
Atualização monetária e cambial sobre provisões para futura desmobilização de ativos, depósitos judiciais e contingências	(13.653)	(8.640)
Juros e variação monetária e cambial sobre empréstimos	395.219	340.669
Juros sobre aplicações financeiras não realizadas	(143.926)	(66.260)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	294.217	422.163
	4.231.432	3.896.554

	2010	2009
Contas a receber	(413.915)	(167.307)
Contas a receber	(47.914)	(272.631)
Estoques	177.780	142.080
Impostos	(79.870)	(895)
Despesas antecipadas	(294.289)	(215.940)
Outros ativos circulantes e não circulantes		
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Obrigações trabalhistas	17.557	(11.083)
Fornecedores	(1.251.384)	(561.943)
Impostos, taxas e contribuições	243.398	115.443
Outros exigíveis a curto e longo prazo	81.284	(2.460)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.669.636	2.923.608
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	274.758	(67.343)
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(1.503.069)	(2.491.907)
	(1.228.311)	(2.559.250)
Atividades de financiamentos		
Novos empréstimos	452.843	1.849.808
Amortização de empréstimos	(1.590.320)	(1.290.771)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(190.000)	(174.722)
Caixa líquido gerado (usado) pelas atividades financeiras	(1.331.477)	384.315
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	109.848	748.673
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.244.248	1.495.575
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.354.096	2.244.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	2010	2009
Receitas		
Receita operacional bruta	19.218.105	19.435.994
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(294.217)	(422.163)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(1.204.371)	(1.005.729)
	17.719.517	18.008.102
Insuamos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(4.636.458)	(5.860.391)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.043.433)	(3.951.680)
	(7.679.892)	(9.812.071)
Retenções		
Depreciação e amortização	(2.902.138)	(2.913.966)
Valor adicionado líquido produzido	7.137.487	6.042.065
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	709.603	829.277
	709.603	829.277
Valor adicionado total a distribuir	7.847.090	6.871.342
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	334.446	342.696
Benefícios	107.555	113.567
F.G.T.S.	29.068	28.596
Outros	(23.803)	(24.354)
	447.266	460.505
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	426.592	1.512.238
Estaduais	3.550.290	3.228.963
Municipais	8.448	8.529
	3.973.300	4.749.530
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	931.764	1.079.047
Aluguéis	251.133	230.808
	1.182.897	1.309.855
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	509.235	57.398
	1.734.392	294.054
	2.243.627	351.452
	7.847.090	6.871.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Balanco Patrimonial em 01/01/09	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRS	Balanco Patrimonial em 01/01/09
Não Circulante			
Aplicações financeiras	7	7.583	7.583
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	10	3c.5.2	(29.336)
Impostos e contribuições diretos a recuperar (Nota 11)	11	3c.5.2	112.633
Depósitos judiciais	14	52.390	52.390
Despesas antecipadas	13	10.659	10.659
Operações com derivativos	38	120.191	120.191
Outros ativos	15	710	710
Investimento	29	2.653.619	(26.031)
Imobilizado	16	3c.2 e 3	3.541.911
Intangível	17	3c.2	3.976.872
Diferido	3c.4	149.029	(149.029)
			10.506.039
Total do ativo			15.486.158
			(276.194)
			15.209.964
Balanco Patrimonial em 01/01/09			
Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRS			
Balanco Patrimonial em 01/01/09			

	Nota	Nota ajuste	antes dos ajustes	Balanco Patrimonial em 01/01/09	Ajustes/reclassificações conforme CPCs/IFRS	Balanco Patrimonial em 01/01/09
PASSIVO						
Circulante						
Fornecedores e financiamentos	18		3.257.987	-		3.257.987
Empréstimos e financiamentos	19		1.450.865	-		1.450.865
Operações com derivativos	36		52.448	-		52.448
Obrigações trabalhistas	20		89.539	-		89.539
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	21	3c.7.3	429.512	(46.460)		383.052
Impostos e contribuições diretos a recuperar	22	3c.7.3	-	46.460		46.460
Dividendos a pagar	26		174.722	(131.042)		43.680
Outras obrigações	23		81.829	-		81.829
			5.536.902	(131.042)		5.405.860
Não Circulante						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos	19		1.884.561	-		1.884.561
Operações com derivativos	36		10.804	-		10.804
Provisão para contingências	24		106.821	-		106.821
Passivo atuarial	37		785	-		785
Provisão para futura desmobilização de ativos	25	3c.3	157.417	(27.347)		130.070
			2.160.388	(27.347)		2.133.041
Patrimônio líquido						
Capital social	26		7.731.647	-		7.731.647
Reserva de capital			15.881	-		15.881
Reservas de lucros	26		41.340	-		41.340
Prejuízos acumulados	26		-	(117.805)		(117.805)
			7.788.868	(117.805)		7.671.063
Total do passivo e do patrimônio líquido			15.486.158	(276.194)		15.209.964

	Nota	Nota ajuste	antes dos ajustes	Demonstração do resultado em 31/12/09
--	------	-------------	-------------------	---------------------------------------

não circul



Você, sem fronteiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração em 31/12/09	Nota	Nota e ajuste	Ajustes/reclassificações conforme CPC's		Demonstração do resultado em 31/12/09 reapresentada
			em 31/12/09 divulgada	em 31/12/09 reapresentada	
Gerais e administrativas	30	3c.5.8 e 9	(1.044.069)	23.985	(1.020.084)
Outras despesas	31	3c.5.8	(384.559)	(77.876)	(462.435)
			(5.873.680)	(45.590)	(5.919.270)
			502.527	63.967	566.494
Resultado operacional			822.278	-	822.278
Receitas (despesas) financeiras	32		520.278	-	520.278
Receitas financeiras			(1.086.315)	7.267	(1.079.048)
Despesas financeiras	33	3c.2 e 3	(257.038)	7.267	(249.771)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social			245.490	71.234	316.724
Imposto de renda e contribuição social	34	3c.1	(3.814)	38.542	34.728
Lucro líquido do exercício			241.676	109.776	351.452
Outros componentes do resultado abrangente			-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício			241.676	109.776	351.452
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia			241.676	109.776	351.452

4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da Companhia (BRGAAP/IFRS).

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e contas garantidas.

b. Aplicações financeiras

Aplicações financeiras possuem vencimento superior a três meses da data do balanço e são registradas pelo seu valor justo, como ativo circulante e não circulante na data dos balanços.

c. Ativos e passivos financeiros
c.1. Ativos financeiros
c.1.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A Companhia não utiliza contabilidade de "hedge".

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber".

c.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e a venda de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de fluxos de caixa descontados e modelos, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os termos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da entidade avaliada.

c.1.3. Classificação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.1.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado. A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- Toma-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o reconhecimento inicial de uma perda por impairment (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

c.2. Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros anteriormente pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos e empréstimos e financiamentos. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. Nesta categoria encontram-se basicamente os instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não-derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

d. Contas a receber

As contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações são registradas pelo preço praticado na data da prestação do serviço. Inclui também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços, valores a receber de usa da rede (interconexão) e valores a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares e acessórios.

e. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma provisão é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável.

f. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. São apropriadas ao resultado na medida em que incorrem.

g. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, e do impairment, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e do seu valor residual (nota 16). A Companhia reconhece seus ativos por componente individualizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e amortizados pela vida útil desses bens. A Companhia reconhece como provisão para futura desmobilização de ativos o valor presente dos custos estimados a serem incorridos pela desmontagem e remoção de torres de telefonia celular e equipamentos em imóveis alugados. A contrapartida desta provisão é reconhecida no imobilizado, e a depreciação é calculada com base nas vidas úteis dos correspondentes ativos. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras.

O registro desta obrigação é feito contabilmente durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

h. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e impairment, caso aplicável, e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências, (ii) software em uso e/ou desenvolvimento, e (iii) subsídio na venda de aparelhos e mini modems.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear ao longo da vida útil dos ativos, correspondente a quinze anos para bandas de radiofrequência, cinco anos para software e quinze anos para autorizações.

São demonstradas na vida útil dos bens intangíveis ao intangível são reinvas regularmente para refletir as mudanças tecnológicas.

Software

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- o software pode ser vendido ou usado;
- o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e

o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretos atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares, uma parcela adequada das despesas diretas relacionadas.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Subsídio na venda de aparelhos e mini modems

A Companhia oferece subsídio na venda de aparelhos e mini modems a clientes pós-pagos formalizados através de contratos. Estes recursos pendidos são registrados como ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38/CPC 04.

O subsídio na venda de aparelhos e mini modems a assinantes do sistema pós-pago são diferidos e amortizados pelo prazo mínimo do contrato de serviço assinado pelos clientes (12 meses). A multa contratual para clientes que cancelarem as assinaturas ou migrarem para o sistema pré-pago antes do término dos contratos é invariably superior ao subsídio concedido na venda dos aparelhos e mini modems.

i. Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

j. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos dos fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

k. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estão em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento dos aparelhos e mini modems.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

l. Provisões

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido, sendo reconhecidas na demonstração do resultado. Não foi reconhecido imposto de renda e contribuição social no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido ativo for liquidado ou o imposto de renda diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro e a base de contribuição social estejam disponíveis e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda e as contribuições sociais diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda e as contribuições sociais incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

A Companhia, através dos Laudos Constitutivos 0144/2003 e 0232/2003, emitidos em 31 de março de 2003 pela ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste, tomou-se beneficiária de incentivo fiscal que se constituiu em: (i) redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano fiscal de 2002 até 2011, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da implantação de sua capacidade instalada para prestação de serviços de telefonia móvel celular digital; e (ii) redução de 37,5%, 25% e 12,5% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, para os anos fiscais de 2003, 2004 e 2008 e 2009 a 2013, respectivamente, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da sua capacidade instalada para prestação de serviços de telefonia móvel celular analógica.

n. Provisão para contingências

É constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos internos e externos, e da administração da Companhia por montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis, sendo as perdas possíveis objeto de divulgação e as perdas remotas não são divulgadas.

o. Reconhecimento das receitas

A receita de serviços de telefonia móvel basicamente compreende assinaturas mensais, utilização dos minutos, encargos de roaming e chamadas de longa distância e são reconhecidas na medida em que seja provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e seu valor possa ser mensurado de forma confiável.

p. Receita de serviços de telefonia celular

A receita de serviços de telefonia celular é reconhecida com base em minutos de utilização processados, líquida de créditos e ajustes relativos a descontos concedidos sobre os serviços. Essas receitas somente são reconhecidas quando o resultado do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável. Os faturamentos são reconhecidos mensalmente e as receitas a futuro entre a data de faturamento e o final do mês são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. As receitas de tráfego de interconexão e roaming são registradas por seus valores brutos dos valores devidos a outras operadoras de telecomunicações. As interconexões e roaming do sistema pré-pago são reconhecidas quando os serviços são prestados aos clientes com base nos minutos utilizados. Os minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da utilização desses serviços pelos clientes.

q. Receita de vendas de produtos

As receitas de vendas de produtos (telefones, mini-modems e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade são transferidos para o comprador. Uma parcela dessas vendas de aparelhos é relativa a contratos com prazo contratual mínimo de 24 meses e incluem multa de rescisão. Para estes contratos, o custo de aquisição/pensão do aparelho é capitalizado no grupo de "Ativos intangíveis".

p. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

A Companhia possui planos de benefício definido. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros consistentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão e os custos de resultados de um período de emprego no provável, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

q. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos a reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "outros ganhos/(perdas), líquidos".

r. Participação no resultado

A Companhia provisiona mensalmente a participação de empregados no resultado, em função de metas dividuais a seus colaboradores e aprovadas pelo Conselho de Administração, estando tais valores registrados como despesa de pessoal, alocada nas contas de resultados de acordo com o centro de custo de origem do empregado.

s. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

t. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações do IFRS

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

• IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2008. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

• IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes-Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes-Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

• A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgar detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. A Companhia aplicará a norma revisada a partir de 1º de janeiro de 2011. Quando a norma revisada é aplicada, a Companhia e a controladora sistematicamente divulgará transações entre suas controladas e coligadas. A Companhia está atualmente operando sistemas apropriados para analisar transações de partes relacionadas. Portanto, não é possível, neste estágio, divulgar o impacto, se houver, da norma revisada sobre as divulgações de partes relacionadas.

• O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros por Instrumentos Patrimoniais" está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia ou da controladora.

5. Estimativas contábeis contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em estimativas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização de caixa com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorará o base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações prudentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro e é baseado em premissas fiscais conservadoras.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de tais créditos.

(d) Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração.

(e) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica a alteração ao IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do mesmo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, com preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

6. Caixa e equivalentes de caixa



Você, sem fronteiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

(a) Movimentação do Intangível	Saldo em 31/12/2009					Saldo em 31/12/2010				
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2009	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2010
Custo do Intangível Bruto										
Direito de uso de softwares	5.584.918	-	727.545	-	6.312.463	5.584.918	-	727.545	-	6.312.463
Licenças de concessão	4.079.741	-	-	-	4.079.741	4.079.741	-	-	-	4.079.741
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	1.521.244	-	290.336	-	1.811.580	1.521.244	-	290.336	-	1.811.580
Bens e instalações em andamento	16.508	1.071.147	(1.017.881)	-	69.774	16.508	1.071.147	(1.017.881)	-	69.774
Outros ativos	3.040	-	-	-	3.040	3.040	-	-	-	3.040
Total Intangível Bruto	11.205.451	1.071.147	-	-	12.276.598	11.205.451	1.071.147	-	-	12.276.598
Amortização acumulada										
Direito de uso de softwares	(3.257.394)	(789.496)	-	172	(4.346.718)	(3.257.394)	(789.496)	-	172	(4.346.718)
Licenças de concessão	(1.850.246)	(292.947)	-	-	(2.143.193)	(1.850.246)	(292.947)	-	-	(2.143.193)
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	(1.307.664)	(441.366)	-	-	(1.749.030)	(1.307.664)	(441.366)	-	-	(1.749.030)
Outros ativos	(6.286)	(38)	-	-	(6.324)	(6.286)	(38)	-	-	(6.324)
Total Amortização Acumulada	(6.718.160)	(1.523.847)	-	15	(8.241.840)	(6.718.160)	(1.523.847)	-	15	(8.241.840)
Intangível Líquido										
Direito de uso de softwares	2.027.524	789.496	727.545	172	1.965.745	2.027.524	789.496	727.545	172	1.965.745
Licenças de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	213.580	441.366	290.336	-	62.550	213.580	441.366	290.336	-	62.550
Bens e instalações em andamento	16.508	1.017.147	1.017.881	-	69.774	16.508	1.017.147	1.017.881	-	69.774
Outros ativos	184	(38)	-	-	(141)	184	(38)	-	-	(141)
Total Intangível Líquido	4.487.291	(452.700)	-	187	4.034.758	4.487.291	(452.700)	-	187	4.034.758

(b) Taxas de Amortização	Saldo em 31/12/2009					Saldo em 31/12/2010				
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2009	Saldo em 31/12/2009	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2010
Custo do Intangível Bruto										
Direito de uso de softwares	3.746.913	1.085.066	-	752.939	5.584.918	3.746.913	1.085.066	-	752.939	5.584.918
Licenças de concessão	3.006.616	1.073.125	-	-	4.079.741	3.006.616	1.073.125	-	-	4.079.741
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	719.705	318.182	-	483.357	1.521.244	719.705	318.182	-	483.357	1.521.244
Bens e instalações em andamento	84.046	594	1.168.250	(1.236.296)	16.508	84.046	594	1.168.250	(1.236.296)	16.508
Outros ativos	1.435	1.605	-	-	3.040	1.435	1.605	-	-	3.040
Total Intangível Bruto	7.558.715	2.478.486	1.168.250	-	11.205.451	7.558.715	2.478.486	1.168.250	-	11.205.451
Amortização acumulada										
Direito de uso de softwares	(1.943.319)	(800.426)	(810.984)	(2.171)	(3.557.395)	(1.943.319)	(800.426)	(810.984)	(2.171)	(3.557.395)
Licenças de concessão	(950.545)	(606.631)	(293.069)	-	(1.850.246)	(950.545)	(606.631)	(293.069)	-	(1.850.246)
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	(622.940)	(280.082)	(404.642)	-	(1.307.664)	(622.940)	(280.082)	(404.642)	-	(1.307.664)
Outros ativos	(1.253)	(1.491)	(112)	-	(2.856)	(1.253)	(1.491)	(112)	-	(2.856)
Total Amortização Acumulada	(3.518.057)	(1.689.125)	(1.508.807)	-	(6.718.160)	(3.518.057)	(1.689.125)	(1.508.807)	-	(6.718.160)
Intangível Líquido										
Direito de uso de softwares	1.803.594	284.145	(1.810.984)	752.939	2.027.524	1.803.594	284.145	(1.810.984)	752.939	2.027.524
Licenças de concessão	2.056.071	466.494	(293.069)	-	2.229.496	2.056.071	466.494	(293.069)	-	2.229.496
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	96.765	38.100	(404.642)	483.357	213.580	96.765	38.100	(404.642)	483.357	213.580
Bens e instalações em andamento	84.046	508	1.168.250	(1.236.296)	16.508	84.046	508	1.168.250	(1.236.296)	16.508
Outros ativos	182	114	(112)	-	184	182	114	(112)	-	184
Total Intangível Líquido	4.040.658	789.361	(340.557)	-	4.487.291	4.040.658	789.361	(340.557)	-	4.487.291

18. Fonecedores	31.12.10			31.12.09			01.01.09		
Fonecedores de materiais e serviços	2.445.753	2.451.583	2.138.551	2.445.753	2.451.583	2.138.551	2.445.753	2.451.583	2.138.551
Interconexão (a)	202.069	221.609	832.578	202.069	221.609	832.578	202.069	221.609	832.578
Roaming (b)	240	274	693	240	274	693	240	274	693
Co-billing (c)	91.870	118.684	100.497	91.870	118.684	100.497	91.870	118.684	100.497
Total	2.739.932	2.792.150	3.072.319	2.739.932	2.792.150	3.072.319	2.739.932	2.792.150	3.072.319

19. Empreitamentos e financiamentos	31.12.10			31.12.09			01.01.09		
Moeda nacional									
Fonecedores de materiais e serviços	2.445.753	2.451.583	2.138.551	2.445.753	2.451.583	2.138.551	2.445.753	2.451.583	2.138.551
Interconexão (a)	202.069	221.609	832.578	202.069	221.609	832.578	202.069	221.609	832.578
Roaming (b)	240	274	693	240	274	693	240	274	693
Co-billing (c)	91.870	118.684	100.497	91.870	118.684	100.497	91.870	118.684	100.497
Total	2.739.932	2.792.150	3.072.319	2.739.932	2.792.150	3.072.319	2.739.932	2.792.150	3.072.319

(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Moeda estrangeira
Fonecedores de materiais e serviços
Roaming (b)

Total
(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Moeda nacional
Fonecedores de materiais e serviços
Interconexão (a)
Roaming (b)
Co-billing (c)

Moeda estrangeira
Fonecedores de materiais e serviços
Roaming (b)

Total
(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Moeda nacional
Fonecedores de materiais e serviços
Interconexão (a)
Roaming (b)
Co-billing (c)

Moeda estrangeira
Fonecedores de materiais e serviços
Roaming (b)

Total
(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Moeda nacional
Fonecedores de materiais e serviços
Interconexão (a)
Roaming (b)
Co-billing (c)

Moeda estrangeira
Fonecedores de materiais e serviços
Roaming (b)

Total
(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Moeda nacional
Fonecedores de materiais e serviços
Interconexão (a)
Roaming (b)
Co-billing (c)

Moeda estrangeira
Fonecedores de materiais e serviços
Roaming (b)

Total
(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Moeda nacional
Fonecedores de materiais e serviços
Interconexão (a)
Roaming (b)
Co-billing (c)

Moeda estrangeira
Fonecedores de materiais e serviços
Roaming (b)

Total
(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Moeda nacional
Fonecedores de materiais e serviços
Interconexão (a)
Roaming (b)
Co-billing (c)

Moeda estrangeira
Fonecedores de materiais e serviços
Roaming (b)

Total
(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Moeda nacional
Fonecedores de materiais e serviços
Interconexão (a)
Roaming (b)
Co-billing (c)

Moeda estrangeira
Fonecedores de materiais e serviços
Roaming (b)

Total
(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Moeda nacional
Fonecedores de materiais e serviços
Interconexão (a)
Roaming (b)
Co-billing (c)

Moeda estrangeira
Fonecedores de materiais e serviços
Roaming (b)

Total
(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Moeda nacional
Fonecedores de materiais e serviços
Interconexão (a)
Roaming (b)
Co-billing (c)

Moeda estrangeira
Fonecedores de materiais e serviços
Roaming (b)

Total
(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Moeda nacional
Fonecedores de materiais e serviços
Interconexão (a)
Roaming (b)
Co-billing (c)

Moeda estrangeira
Fonecedores de materiais e serviços
Roaming (b)

Total
(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Moeda nacional
Fonecedores de materiais e serviços
Interconexão (a)
Roaming (b)
Co-billing (c)

Moeda estrangeira
Fonecedores de materiais e serviços
Roaming (b)

Total
(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

23. Outros passivos
Serviços a prestar pré-pagos
Subvenções Governamentais
Outras obrigações

Parcela circulante
Parcela não circulante

24. Provisão para contingências
A Companhia é parte integrante em processos administrativos e judiciais nas esferas civil, trabalhista, tributária e regulatória, que submetem o curso normal de seus negócios, registrando provisões quando a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem prováveis chances de perdas.

A provisão para contingências constituída está composta como segue:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Cível	34.527	84.653	60.536
Trabalhista	39.037	34.804	30.750
Tributária	42.245	42.614	4.543
Regulatória	7.248	18.331	10.992
Total	123.557	180.402	106.821

As variações na provisão para contingências encontram-se resumidas a seguir:

	31.12.09	Adições	Atualização	31.12.10
Cível	64.653	39.680	(84.665)	60.536
Trabalhista	34.804	3.965	(677)	38.037
Tributária	42.614	2.258	(4.747)	42.245
Regulatória	18.331	7.998	(7.348)	18.331
Total	180.402	53.901	(97.027)	123.557

	01.01.09	Adições	Atualização	31.12.09
Cível	60.536	37.0		



Você, sem fronteiras.

TIM Celular S.A.
CNPJ: 04.206.050/0001-80

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- (1) Os valores referem-se a roaming, serviços de valor adicionado - VAS e cessão de meios;
- (2) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado - VAS;
- (3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de softwares utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.

Em 27 de abril de 2010, a Assembleia Geral de Acionistas da controladora TIM Participações aprovou a renovação do contrato de cooperação e suporte firmado com a Telecom Itália S.p.A. e a TIM Celular com vigência entre 03 de janeiro de 2010 e 02 de janeiro de 2011 com o valor em até aproximadamente R\$20.700.

Até 31 de dezembro de 2010 foi provisionado o montante de R\$20.105 (R\$23.296 em 2009) dos quais, R\$19.101 correspondem a bens do ativo imobilizado (R\$22.690 em 2009) e R\$1.004 referem-se a custos/despesas (R\$906 em 2009). Este contrato busca agregar valor à Companhia utilizando-se da experiência da Telecom Itália para: (i) aumentar a eficiência das atividades desenvolvidas adotando soluções "in house"; e (ii) compartilhar sistemas, processos e melhores práticas que são largamente utilizadas pelo mercado italiano e que podem ser facilmente customizadas para a Companhia.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado

38. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros diversos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de reduzir riscos relacionados às taxas de câmbio e juros e variações cambiais, representados em sua totalidade por contratos de swap, não possuindo, portanto, derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IAS 32/CPC 39. Desta forma, os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais
Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da Companhia computar prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes. Para que esses tipos de riscos sejam extintos, a Companhia estabelece contratos de swap com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2010, os financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Além dos financiamentos que obtém pela Companhia, objetos dos contratos de swap, não existem outros ativos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros
Os riscos de taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia à taxas de juros pré-fixadas, quando tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Para que esse tipo de risco seja reduzido, a Companhia realiza contratos de swap com instituições financeiras, transformando para um percentual do CDI as taxas de juros pré-fixadas incidentes em parte dos financiamentos contraiados. Os ganhos ou perdas auferidos por esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados a TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Para que esse tipo de risco seja reduzido, a Companhia realiza contratos de swap com instituições financeiras, transformando para um percentual do CDI a TJLP incidente em parte dos financiamentos contraiados. Os ganhos ou perdas auferidos com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços
O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar prejuízos derivados de dificuldades em cobrar os valores faturados aos assinantes. Para que esse tipo de risco seja reduzido, a Companhia realiza análises de crédito auxiliando a gerência de risco quanto a problemas de cobrança e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de serviços prestados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 ou das receitas de serviços prestados durante os períodos findos naquelas datas.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos
A política da Companhia para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de perdas estabelecidas para os negociantes, a constituição de garantias reais não são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de vendas de mercadorias em 31 de dezembro de 2010 e 2009 ou das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos naquelas datas.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de swap, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instrumento financeiro.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados da seguinte forma:

	31.12.10		31.12.09	
	Ativo	Passivo	Líquido	Líquido
Operações com derivativos	22.868	(166.553)	(143.685)	-78.264
Parcela circulante	6.122	(2.071)	4.051	49.237
Parcela não circulante	16.746	(164.482)	(147.736)	29.027
				(113.200)
				(84.173)

	31.12.10		31.12.09	
	Ativo	Passivo	Líquido	Líquido
Operações com derivativos	379.373	(83.223)	296.150	316.121
Parcela circulante	(258.182)	(52.448)	(210.634)	206.734
Parcela não circulante	120.191	10.904	109.287	108.387

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2010 vincencia a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2012	2.716	(564)
2013	672	(2)
2014	-	-
2015 em diante	13.358	(163.916)
	16.746	(164.482)

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo:

	2010		2009	
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos para negociação	2.297.838	-	2.297.838	2.297.838
Derivativos usados para hedge	-	22.868	22.868	22.868
Total do ativo	2.297.838	22.868	2.320.706	2.320.706

	2010		2009	
	Nível 1	Nível 2	Saldo total	Saldo total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos para negociação	2.188.338	-	2.188.338	2.188.338
Derivativos usados para hedge	-	78.264	78.264	78.264
Total do ativo	2.188.338	78.264	2.266.602	2.266.602

	2010		2009	
	Nível 1	Nível 2	Saldo total	Saldo total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos para negociação	1.456.673	-	1.456.673	1.456.673
Derivativos usados para hedge	-	161.322	161.322	161.322
Total do passivo	1.456.673	161.322	1.617.995	1.617.995

Total do balanço
O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a compra e a venda de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 2 são, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários classificados como títulos para negociação. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos financeiros; • O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. • Outras técnicas, como a análise de fluxo de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgadas por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Gestão de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia - Síntese
A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais e na taxa de juros. A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Na exposição a fatores de risco em moeda nacional, contraiados por meio de financiamentos atrelados a taxas de juros pré-fixados ou TJLP, pelo fato da disponibilidade da Companhia ser remunerada pelo CDI, a Companhia tem como estratégia garantir partes destes riscos em exposição ao CDI. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não há quaisquer tipos de derivativos ou instrumentos financeiros com instrumentos financeiros derivativos da Companhia. Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e ratings, sendo que em 31 de dezembro de 2010, 62% em instituições com rating AAA e 38% com rating AA. As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2010 e 2009 estão demonstradas no quadro a seguir:

	Objeto	Moeda	Valor de Referência (Nacional)		Valor Justo	
			2010	2009	2010	2009
Risco dos juros pré-fixados contra CDI	Parte dos financiamentos obtidos junto ao BNB	BRL	34.501	58.878	-	-
Posição ativa	-	-	-	-	62.700	97.050
Posição passiva	-	-	-	-	(55.415)	(87.767)
Saldo líquido	-	-	-	-	7.285	9.283
Risco da TJLP contra CDI	Parte dos financiamentos obtidos junto ao BNDES	BRL	230.665	325.789	-	-
Posição ativa	-	-	-	-	228.578	323.077
Posição passiva	-	-	-	-	(228.990)	(321.846)
Saldo líquido	-	-	-	-	(412)	1.231
Risco cambial USD contra CDI	Proteção integral do risco de variação cambial das Linhas Res. 2770, obtidas junto aos Bancos Santander, ABN AMRO e Unibanco, além dos empréstimos contraiados junto aos Bancos BNP Paribas e BEI	USD	840.940	939.445	-	-
Posição ativa	-	-	-	-	673.770	839.010
Posição passiva	-	-	-	-	(824.328)	(943.693)

Saldo líquido
Bancos BNP Paribas e BEI

Risco cambial JPY contra CDI
Proteção integral do risco de variação cambial das Linhas Res. 2770, obtidas junto ao Banco Santander

	Ativo	Passivo
Posição ativa	-	-
Posição passiva	-	-
Saldo líquido	1.106.106	1.470.949

Swap de juros pré-fixados vs. CDI
A Companhia possui dívidas contratadas em taxas fixas com o Banco do Nordeste Brasil (BNB) e BNDES. Esses contratos são contra uma possível perda patrimonial no caso de uma queda na taxa de juros, parte das operações de financiamento contratadas em 2004 e 2005 junto ao BNB foram objeto de hedge. Os referidos instrumentos financeiros de derivativos possuem vencimentos mensais até abril de 2013 e protegem aproximadamente 53,02% da totalidade dos financiamentos obtidos junto ao BNB pela Companhia.

Tomando por base a atual taxa de referência do BNB fixada em 10% e a taxa dos financiamentos, na medida pela Companhia e os respectivos instrumentos financeiros derivativos contratados para a parte desses financiamentos, com média, na sua ponta ativa a 11,17 % a.a. e na ponta passiva a 7,91% do CDI. Esses instrumentos financeiros derivativos foram contratados junto ao Santander e Itaú BBA S.A.

Swap cambial vs. CDI
Estas operações com instrumentos financeiros derivativos visam proteger a Companhia contra uma possível perda patrimonial em virtude de aumento por parte do BNDES em sua taxa de referência (TJLP) nos financiamentos contratados junto àquela instituição em 2005, e representam o total da ponta passiva contratada a um custo médio equivalente a 91,71% do CDI. Essas operações atualmente protegem 12,90% do total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES. Em 31 de dezembro de 2010, a sua Companhia apresenta um resultado contábil positivo nesta operação, tendo como contraparte os seguintes bancos: Santander e Itaú BBA S.A.

Swap cambial vs. CDI
Os instrumentos financeiros de derivativos dessa modalidade visam proteger a Companhia contra o risco cambial, oriundo dos contratos de empréstimo em moeda estrangeira, contraiado junto ao BNP Paribas e ao BEI.

O empréstimo com BNP Paribas se encontra protegido a um custo médio de 95,01% do CDI e o empréstimo com o BEI está protegido a um custo de 95,42% do CDI.

A ponta ativa dos contratos de swap é contratada com o mesmo cupom da linha sacada. Neste caso, a variação cambial no financiamento é totalmente contraposta pela variação nos swaps contratados. Além disso, esses swaps vencem na mesma data de liquidação da dívida, o qual ocorrerá até o final do ano de 2017.

Esses instrumentos financeiros derivativos foram contratados junto ao Santander, Citibank, Morgan Stanley e BES.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo dos swaps
Para fins de identificação de possíveis distorções das operações com instrumentos financeiros derivativos atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

	2010	Cenário provável	Cenário possível	Cenário Remoto
Divida pré-fixada (valor parcial)	(62.700)	(62.700)	(61.176)	(59.742)
Valor justo da ponta ativa do swap	62.700	62.700	61.176	59.742
Valor justo da ponta passiva do swap	(55.415)	(55.415)	(55.040)	(54.680)
Exposição líquida no swap	7.285	7.285	6.136	5.062
Divida em TJLP contra CDI (parcial)	(228.578)	(228.578)	(222.187)	(215.656)
Valor justo da ponta ativa do swap	228.578	228.578	222.187	215.656
Valor justo da ponta passiva do swap	(228.990)	(228.990)	(228.671)	(228.384)
Exposição líquida no swap	(412)	(412)	(6.484)	(12.728)
Divida em USD (BNP Paribas e BEI)	(673.770)	(673.770)	(667.909)	(1.071.609)
Valor justo da ponta ativa do swap	673.770	673.770	667.909	1.071.609
Valor justo da ponta passiva do swap	(824.328)	(824.328)	(828.225)	(832.383)
Exposição líquida no swap	(150.558)	(150.558)	(39.384)	239.226

Como a Companhia apenas possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção de suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps não são significativos. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro de demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos três cenários mencionados.

Salientamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Nossas análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2010 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e na TJLP e às variações nas moedas estrangeiras utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas em nossas análises se deu exclusivamente às características de nossos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito da redução dos principais índices atrelados às operações de swap (CDI e TJLP) e variações nas moedas estrangeiras utilizadas nas operações (USD e JPY), atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário Remoto
CDI	10,64%	13,30%	15,96%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
USD	1,6788	2,0855	2,5182

Ganhos e perdas com derivativos no período

	2010
Risco dos juros pré-fixados contra CDI	1.602
Risco TJLP contra CDI	3.519
Risco cambial USD contra CDI	(121.621)
Risco cambial JPY contra CDI	11.138
Ganhos (Perdas) líquidos	(105.362)

39. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
PAMEC	3.591	2.472	596
PAMEC/apólice de ativos	318	273	189
	3.909	2.745	785

Plano de Previdência Complementar
Em 07 de agosto de 2006, o Conselho de Administração da controladora TIM Participações aprovou a implantação de Plano de Previdência Complementar nas modalidades PGBL e VGBL da Controladora e da Companhia junto ao Itaú Vida e Previdência S.A. Foram elegíveis ao Plano de Previdência Complementar todos os funcionários que ainda não possuíam vida e Previdência S.A. patrocinado pela Companhia e sua controladora.

A Companhia vem patrocinando plano de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL, como consequência dos dispositivos legais relacionados ao processo de privatização destas empresas em julho de 1998.

Considerando que em 1999 e em 2000 os patrocinadores dos planos administrados pela SISTEL já haviam negociado condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por contribuição e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos na data de 31 de janeiro de 2000, a Companhia e sua controladora ao longo de 2002 e a exemplo de outras empresas oriundas do antigo sistema TELEBRÁS, iniciaram gestão para a formação de um Plano de Contribuição Definida que atendesse aos mais modernos padrões de seguridade social praticados na iniciativa privada e que permitisse ao grupo de empregados vinculados ao SISTEL a possibilidade de migração.

Em 13 de novembro de 2002 a Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício 1917 CGAJ/SPC aprovou o regulamento do novo plano previdenciário, durante denominado Regulamento do Plano de Benefícios TIMPREV, na modalidade contribuição definida, dispondo novas condições de concessão e de manutenção de benefícios, bem como os direitos e obrigações da Entidade Administradora do Plano, das Patrocinadoras, dos Participantes e de seus respectivos beneficiários.

Na nova modalidade, a contribuição normal da patrocinadora corresponderá a 100% do valor da contribuição básica do participante, enquanto que a entidade administradora do TIMPREV assegurará, nos termos e condições do regulamento aprovado, os benefícios abaixo elencados, não se obrigando a conceder qualquer outro, mesmo que a Previdência Social os conceda aos seus beneficiários:

- Aposentadoria Normal
- Aposentadoria Antecipada
- Aposentadoria por Invalidez
- Benefício Proporcional Diferido
- Pensão por Morte

Como não houve uma migração integral dos funcionários da Companhia e de sua controladora para o plano TIMPREV, os planos de pensão e os planos médicos oriundos do sistema TELEBRÁS continuam existindo e estão incluídos em apêndices abaixo:

PBS: plano de benefícios da SISTEL, o qual tem característica de benefício definido e inclui os empregados ativos que fazem parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo sistema TELEBRÁS;

PBS Assistidos: plano de pensão para empregados ativos, sendo tal plano de benefícios multi-patrocinado;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas, para os aposentados das predecessoras da Companhia e sua controladora;

PAMEC/apólice de Ativos: plano de assistência médica ao complementado, para os aposentados das predecessoras da Companhia e sua controladora;

PBT: plano de benefício definido para os assistidos das predecessoras da Companhia e sua controladora;

PAMA: plano de assistência médica para os empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

De acordo com as regras estabelecidas pela NPC-26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação CVM nº 371, os planos que apresentam um superávit não são registrados pela Companhia, em virtude da impossibilidade de reembolso do mesmo, além de que as contribuições não serão reduzidas para o patrocinador no futuro.

Em 29 de janeiro de 2007 e 09 de abril de 2007 o Ministério da Previdência Social, através da SPC - Secretaria da Previdência Complementar, aprovou a transferência de gerenciamento dos planos de benefícios PBS-Tele Celular SUI, TIM Prev SUI, PBT-TIM, Convênio de Administração, PBS-Teloroeste Celular e TIM Prev Nordeste, conforme Ofícios SPC/DETEC/CGAT, respectivamente números, 169, 167, 168, 912, 171 e 170, da SISTEL, para o HSBG - Fundo de Pensão.

No que tange aos planos PAMA e PBS - Assistidos, os mesmos continuam sendo gerenciados pela SISTEL, exceto o Plano PAMEC que foi extinto, permanecendo a empresa como responsável pela cobertura do referido benefício, que passa a ser denominado PAMEC/Apólice de Ativos.

Considerando a aprovação da proposta de migração pelo Conselho de Administração em janeiro de 2006, e as aprovações do Ministério da Previdência Social, a transferência dos Fundos mencionados da SISTEL, para o HSBG - Fundo de Pensão foram efetivados em abril de 2007.

Em 30 de junho de 2009 a Secretaria da Previdência Complementar, através do Ofício 1664 CGAJ/SPC, aprovou alteração no regulamento do plano previdenciário TIMPREV, abrindo a possibilidade de migração de participantes dos planos da modalidade de benefício definido para o plano TIMPREV, de contribuição definida. O prazo permitido para realização das migrações durou 180 dias, a partir da aprovação para a alteração no regulamento, sendo a operação condicionada à aceitação do participante. Na ocasião os dois únicos participantes do plano PBT, que são assistidos, optaram por realizar a migração para o plano TIMPREV.



Você, sem fronteiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:
 Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial: 10,66% a.a.(11,08% em 2009)
 Taxa de rendimento nominal esperada s/ ativos do plano: PBS-A: 11,50% a.a. (9,44% em 2009)/PAMA: 10,59% a.a. (9,42% em 2009)/Convênio de Administração: 11,69% a.a. (9,88% em 2009)/PAMEC: N/APBS-TCS - TNE: 9,88% a.a. (9,88% em 2009)
 Índice estimado de aumento nominal salarial: 6,28% a.a. (6,28% em 2009)
 Índice estimado de aumento nominal dos benefícios: 4,20% a.a. (4,20% em 2009)
 Tábua biométrica de mortalidade geral: AT83 segregada por sexo
 Tábua biométrica de entrada em invalidez: Tábua Mercer Disability
 Taxa de rotatividade esperada: Nula
 Probabilidade de ingresso em aposentadoria: 100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano
 Taxa estimada de inflação no longo prazo 4,20% (4,20% em 2009)
 Método de apuração Método do Crédito Unitário Projetado

40. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Importâncias Seguradas
Riscos Operacionais	17.672.645
Responsabilidade Civil Geral – RCG	50.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	100% Tabela Fipe. R\$1.000 para Responsabilidade Civil (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais

41. Compromissos

Aluguéis

A Companhia aluga equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Segue abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2011	329.412
2012	341.929
2013	354.923
2014	368.410
2015	382.409
	<u>1.777.083</u>

42. Transações com Grupo Telefônica

Em 28 de abril de 2007, Assicurazioni Generali SpA, Intesa San Paolo S.p.A, Mediobanca S.p.A, Sintonia S.p.A e a Telefônica S.A. assinaram um acordo para adquirir o capital total da Olimpia S.p.A., empresa que, por sua vez, detinha à época aproximadamente 18% do capital votante da Telecom Italia S.p.A., controladora indireta da Companhia. Tal aquisição se deu através de uma companhia chamada Telco S.p.A ("Telco"). Com a implementação da operação em outubro de 2007, a Telco passou a deter 23,6% do capital votante da Telecom Itália S.p.A., controladora indireta da TIM Participações. A ANATEL, por meio do Ato nº 68.276/2007, publicado no Diário Oficial da União em 05 de novembro de 2007, aprovou a operação impondo determinadas restrições para garantir a segregação dos negócios e operações de ambos os grupos, Telefônica e TIM no Brasil. Para fins de implementação das determinações da ANATEL, a TIM Brasil e a TIM Celular apresentaram à ANATEL as medidas necessárias para assegurar tal segregação, de fato e de direito, no Brasil, de modo que a participação detida pela Telefônica na Telco S.p.A. não possa gerar ou ser considerada como influência sobre as decisões financeiras, operacionais e estratégicas das operadoras brasileiras do grupo TIM. A TIM, portanto, continua atuando no mercado brasileiro com a mesma independência e autonomia de antes da operação. Em 31 de dezembro de 2010 entre as operadoras do grupo TIM, controladas pela TIM Participações, e as operadoras do grupo Telefônica no Brasil, estavam em vigor, exclusivamente, contratos relacionados à prestação de serviços de telecomunicações, abrangendo interconexão, roaming, compartilhamento de sites e acordos de cofaturamento, assim como contratos relacionados ao uso de CSP (código de seleção de prestadora), realizados a preços e condições normais, na forma da legislação em vigor. Os valores a receber e a pagar, decorrentes destes contratos, em 31 de dezembro de 2010, são de R\$129.249 e R\$92.649 (R\$133.504

e R\$99.145 em 2009), respectivamente. Os valores registrados no resultado da Companhia após a aprovação da transação estão representados por receitas e despesas operacionais de R\$1.282.522 e R\$855.939 (R\$1.385.261 e R\$915.125 em 2009), respectivamente.

43. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento do resultado por natureza:

Despesas por natureza	2010	2009
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(6.814.114)	(7.923.391)
Comercialização	(4.352.204)	(4.436.751)
Gerais e administrativas	(905.243)	(1.020.084)
Outras receitas/despesas operacionais	(449.853)	(462.435)
	<u>(12.521.414)</u>	<u>(13.842.661)</u>

Classificados como:

Pessoal	(522.504)	(563.126)
Publicidade e propaganda	(527.943)	(511.933)
Serviços de terceiros	(2.623.628)	(2.782.357)
Interconexão	(3.281.027)	(4.152.483)
Custo das mercadorias vendidas	(1.026.091)	(1.371.610)
Depreciação e amortização	(2.902.138)	(2.913.966)
Provisão para devedores duvidosos	(294.217)	(422.163)
Impostos, taxas e contribuições	(962.934)	(744.366)
Outros	(380.932)	(380.657)
	<u>(12.521.414)</u>	<u>(13.842.661)</u>

44. Divulgações suplementares sobre informações do fluxo de caixa

	2010	2009
Juros pagos	296.533	254.420
Imposto de renda e contribuição social pagos	110.419	54.308

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luca Luciani Presidente	Daniel Junqueira Pinto Hermeto Purchasing & Supply Chain Officer	Claudio Zezza Chief Financial Officer	Luca Luciani Corporate Support Officer Interino	Lorenzo Federico Zanotti Lindner Chief Commercial Officer	Rogério Takayanagi Chief Marketing Officer	Antonino Ruggiero Wholesale Officer	Mario Girasole Regulatory Affairs Officer	Katia Nozela CRC BA-016138/0-2 T-RJ "S" SP - CPF nº 564.683.775-87
-----------------------------------	--	---	---	---	--	---	---	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

TIM Celular S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da TIM Celular S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das

divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM Celular S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010,

cujas apresentações é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e que a administração optou por apresentá-la para a TIM Celular S.A. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 12 de fevereiro de 2010, sem ressalvas.

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2009 tomadas em conjunto.4.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2011



João César de Oliveira Lima Júnior
Contador CRC 1RJ077431/0-8